



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRARIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS.
LICENCIATURA EM BIOLOGIA**

JACKELINE DA SILVA GOMES

*“É, ELE ME COLOCOU NO LUGAR ONDE SÓ TINHA MULHERES... FOI
AQUI QUE EU ME FORTALECI”*: CARTOGRAFIAS DO ENFRENTAMENTO DA
VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES EM CRUZ DAS ALMAS-BA.

Cruz das Almas-BA
2019

JACKELINE DA SILVA GOMES

“É, ELE ME COLOCOU NO LUGAR ONDE SÓ TINHA MULHERES... FOI AQUI QUE EU ME FORTALECI”: CARTOGRAFIAS DO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES EM CRUZ DAS ALMAS-BA.

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Licenciatura Biologia, do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Biologia.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Cristina Nascimento Givigi.

Cruz das Almas-BA
2019

FICHA CATALOGRÁFICA : Sistema de Bibliotecas da UFRB

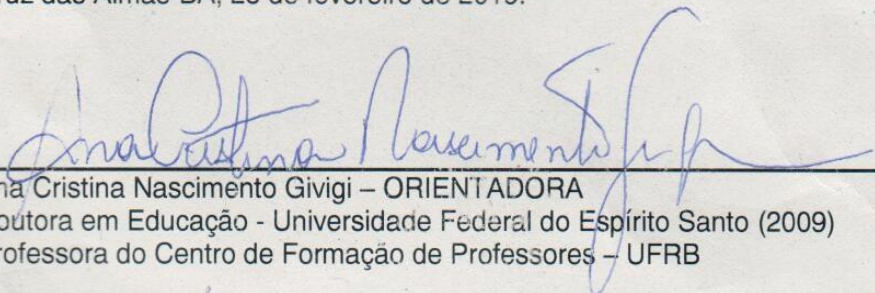
TERMO DE APROVAÇÃO

JACKELINE DA SILVA GOMES

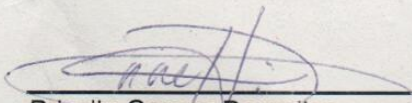
É, ELE ME COLOCOU NO LUGAR ONDE SÓ TINHA MULHERES... FOI AQUI QUE EU ME FORTALECI": CARTOGRAFIAS DO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES EM CRUZ DAS ALMAS-BA.

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de graduada, no curso de graduação em Licenciatura em Biologia do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB.

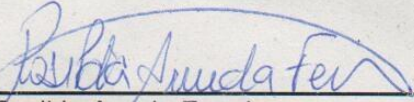
Cruz das Almas-BA, 28 de fevereiro de 2019.



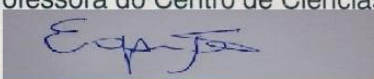
Ana Cristina Nascimento Givigi – ORIENTADORA
Doutora em Educação - Universidade Federal do Espírito Santo (2009)
Professora do Centro de Formação de Professores – UFRB



Priscila Gomes Dornelles
Doutora em Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2013)
Professora do Centro de Formação de Professores - UFRB



Rosilda Arruda Ferreira
Doutora em Educação - Universidade Federal de São Carlos (1999)
Professora do Centro de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas- UFRB



Eliene Gomes dos Anjos
Doutora em Ciências Sociais - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2012)
Professora do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas - UFRB

*“Vamos celebrar, o amor há de renascer das cinzas.
Vamos festejar o cinza com amor.”*

Mateus Aleluia.

Dedico este escrito aos gestos, olhos e palavras que me tomam e deixam-me esperançosa quanto a um mundo menos desigual, aos meus sobrinhos, Pedro e Sara, que me atravessam com amor.

AGRADECIMENTOS

Nas andanças, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia -- UFRB foi cenário de dias desafiadores, por vezes tristes, melancólicos, mas o tônus de alegria sempre a espreita ao pôr do sol na reitoria. Aos movimentos sócias do Recôncavo, ao LulaLivre, às funcionárias e funcionários do RU, pé de jambo, CAPES e a PROPAAE, muito obrigada.

Agradeço a todas as mulheres que atravessaram este estudo, pela força e carinho.

Ao meu pai José e, especialmente a minha mãe Edila, pela amizade, companheirismo, carinho, alegrias, tristezas e amor compartilhados, toda gratidão. Vocês são fonte disto que tenho me tornado, nas suas singularidades são bloquinhos que me atravessam e me constituem.

Ao meu irmão Jônatas, meus sobrinhos, Sara e Pedro, minhas avós, Maria e Didi, minha madrinha Elza, minhas tias, Rê, Marcia, Eliana e Eliene (com saudade), minhas primas, Nara, Anginho, Wendy e Vitória, e meu tio Ciro, muito obrigada por todo apoio, amor, carinho e proteção nesta vida.

Agradeço aos meus amigos de muitos anos para toda à vida, Jéssica Cabral, Maíra, Jessica Almeida, Andressa, Adrielle, Tailah, Renatinha, Jadson, pelos caminhos por vezes distantes, mas sempre regados a risos e rangos compartilhados.

Aos encontros e desencontros proporcionados por Cruz das Almas e a UFRB, agradeço a Maria, Dalila, André, Ariane, Ana, Antônia, Jaci, Rosana, Rosânia, Cris, Diego (seu lado trançador dos cabelos alheios que deve florescer), Jardel, Regi, Hanna, Gui e Taj, obrigada pelos abrigos e sorrisos. Especialmente a Douglas, que com seu sol em aquários foi só intensidades; por me mostrar as passagens secretas deste lugar, pelas músicas e viagens “doces” na vida, pela paciência, companheirismo, amor e amizade, muito obrigada.

A professora Dr^a Eliene Anjos (Eli), por me mostrar que a serventia dessas paredes é justamente atravessa-las e descer à linha. A professora Dr^a

Rosilda Arruda (Rosa), pelo compartilhamento das experiências e as conversas deliberativas aos desafogamentos. A professora Dr^a Ana Cristina Givigi (Kiki), por acolher minhas demandas e inquietações, pelas sugestões de leituras que foram além de referencias para escrita, mas referencias para vida, pelas conversas e saberes compartilhados, muito obrigada.

Agradeço as meninas e mulheres da Linha, por me deixar entrar e me atravessarem com seus saberes e força.

A professora Dr^a Luiza e todos os Geinteanos, pelas leituras, discussões, diálogos e proposições que constituem e se movimentam na minha formação acadêmica, também pelas tardes de pipoca e risos, obrigada.

Muito obrigada a todxs!

RESUMO:

O sistema de produção dos gêneros, que toma como real o dualismo feminino- masculino, considera as características morfológicas de uma genitália, substanciais para a inscrição e construção do sujeito-corpo, naturalizando o discurso social da biologia, fazendo-a assim uma potente tecnologia na pedagogização dos corpos. A identificação biológica de macho e fêmea transcende o conceito de dimorfismo sexual - conceito cunhado pela biologia que designa diferença morfológica entre macho e fêmea da mesma espécie - e funciona na qualificação e imposição de uma normatividade forjada em aparatos de poder. Uma vez configurados lugares desiguais servil ao jogo binário dos sexos, o mesmo discurso biológico serve à naturalização da inferioridade dos femininos nos jogos de poder. A violência contra mulheres é uma consequência da desigualdade histórica de gênero criada e mantida por e entre as estruturas de uma sociedade a partir dos mecanismos de poder. Está enraizada em padrões tradicionais e na forma de concepção do estado e das instituições culturais ancorados na hegemonia da masculinidade heteronormativa. É produzida nos acontecimentos históricos de uma cultura, portanto as cenas de violências naturalizadas passam nos nossos corpos e olhos, no interm das nossas vidas cotidianas, costurando e produzindo marcas. O presente trabalho consiste na cartografia da produção da violência de gênero contra mulheres e as minúcias dos processos de enfrentamento a este fenômeno em Cruz das Almas-BA, a partir das anúncias que emergem por entre o Centro de Referência a Mulher e as ações mobilizadas para o enfrentamento a VCM, especialmente as enredadas no contexto da educação. A cartografia enquanto metodologia se propõe a desenhar mapas que conformem planos de força e configurações provisórias do objeto político da pesquisa. Os mapas e contornos se configurarão conforme os corpos sejam afetados e, portanto, produzam efeitos. A violência esta substancialmente ligada à produção da masculinidade heteronormativa, atingindo todos os femininos, no entanto, do lugar onde falamos tocamos e fomos tocadas nas mulheres negras, nas mulheres com pouca escolarização, nas mulheres cristãs e de meia idade. No que tange aos processos de enfrentamento, nos dispositivos que devem funcionar enquanto

combate a VCM também circulam mecanismos de manutenção dessa estrutura violenta para nossos corpos. No entanto, as pedagogias feministas adentram as fissuras dos concretos e subjetivações nas instituições de ensino e em outros contextos, enunciando outros modos de produção de vidas, sobrepondo a lógica do sistema colonial de hierarquização dos gêneros.

Palavras-chaves: Gênero; Violência contra mulher; Colonialismo; Pedagogias feministas.

ABSTRACT:

The system of production of the genres, which takes as real the male-female dualism, considers the morphological characteristics of a genitalia, substantial for the inscription and construction of the subject-body, naturalizing the social discourse of biology, thus making it a powerful technology in the pedagogization of bodies. The biological identification of male and female transcends the concept of sexual dimorphism - a concept coined by biology that designates morphological difference between male and female of the same species - and functions in the qualification and imposition of a normativity forged in apparatus of power. Once unequal places are set up to serve the binary game of the sexes, the same biological discourse serves the naturalization of the inferiority of the feminine in the power games. Violence against women is a consequence of the historical inequality of gender created and maintained by and between the structures of a society from the mechanisms of power. It is rooted in traditional patterns and in the form of conception of the state and cultural institutions anchored in the hegemony of heteronormative masculinity. It is produced in the historical events of a culture, so the scenes of naturalized violence pass in our bodies and eyes, in the interim of our daily lives, sewing and producing marks. The present work consists of the cartography of the production of gender violence against women and the details of the processes of coping with this phenomenon in Cruz das Almas-BA, from the announcements that emerge through the Reference Center for Women and the actions mobilized to the confrontation with VCM, especially those entangled in the context of education. Mapping as a methodology proposes to draw maps that conform planes of force and provisional configurations of the political object of the research. The maps and contours will be configured as the bodies are affected and, therefore, produce effects. Violence is substantially linked to the production of heteronormative masculinity, affecting all women, however, from the place where we speak and we touch and were touched on black women, women with little schooling, Christian women and middle age. Regarding the coping processes, in the devices that should work while fighting the VCM, mechanisms of maintaining this violent structure for our bodies also circulate. However, pedagogies enter the fissures of concrete and subjective in educational institutions and other contexts, enunciating and making other ways of producing lives, overlapping the logic of the colonial system of hierarchical genres.

Keywords: Gender; Violence against women; Colonialism; Feminist Pedagogies.

LISTA DE SIGLAS

CRAM: Centro de Referência a Mulher.

CRAS: Centro de Referência Assistência Social.

CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

DEAM: Delegacia Atendimento Especializado a Mulher.

IML: Instituto Médico Legal.

PNPM: Plano Nacional de Políticas para Mulheres.

UFRB: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

VCM: Violência Contra Mulheres.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	15
2.	CAMINHOS METODOLÓGICOS	19
3.	O QUE SE PASSA: ESTUDOS E COPREENSÕES	
3.1.	Gênero enquanto categoria de análise.....	25
3.2.	Sexo como biopolítica e a biologia.....	29
3.3.	A escola e a pedagogia dos corpos.....	32
3.4.	Violência de Gênero contra mulher.....	35
3.5.	Violência de gênero contra mulher no Brasil.....	38
4.	DITANDO A PRODUÇÃO: UM TEMPO, UM LUGAR	42
4.1.	“O que que a baiana tem?”.....	42
4.2.	O CRAM.....	46
5.	CORPOS ANUNCIAM REALIDADES, DENUNCIAM VERDADES	53
5.1.	O que a cor tem a ver com isso.....	54
5.2.	“Não tem tempo ruim”.....	57
5.3.	Verdades e crenças sobre os corpos: religião e contextos de violência.....	59
5.4.	Escolarização: direito negado a maioria das mulheres.....	61
5.5.	Agressores: suas múltiplas mascaras	62
6.	“QUEM NÃO REAGE RASTEJA”: TECENDO LINHAS DE FUGA	64
6.1.	Políticas e o Estado.....	64
6.2.	No caminho havia uma escola.....	66
6.3.	De nós, por nós.....	70
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
8.	REFERÊNCIAS	77
9.	APÊNDICES	80

Iniciei todo este escrito com uma questão crucial de adequação das normas científicas à linguagem que constitui o texto e a força da autoria de mulheres à ciência. Perguntava-me se a linguagem desenvolvida pelas normas da ciência, na qual o “eu” jamais apareceria, em que os textos ditos “essencialmente científicos” e sempre cobrados de nós, discentes/pesquisadores em formação da biologia justificado pelo princípio da isonomia, caberia neste trabalho, ou melhor, se neste trabalho me caberia com tantas questões que o circunstancia.

Bom, ao ler o texto final percebo que este trabalho foi escrito na primeira pessoa, o “eu” está escancaradamente presente quando digo “nós” e, sempre em conexão, quando digo “elas”, “mulheres” ou “mulheres em situação de violência”. Logo, os contornos aqui traçados serão frutos dos efeitos produzidos entre o “eu”, “elas” e “nós”, conquista dos estudos feministas e pesquisas na universidade.

Os encontros nos caminhos deste estudo, nos acontecimentos por entre ele produzidos, anunciaram, ou melhor, gritaram potências de produção de vidas na concretude das lutas coletivas que inundam de significados as nossas existências nas capilaridades.

O presente trabalho consiste na busca por cartografar os contornos da produção da violência de gênero contra mulheres (VCM) e as minúcias dos processos de enfrentamento a este fenômeno em Cruz das Almas-BA, a partir das anunciações que emergem por entre o Centro de Referência a Mulher (CRAM) e as ações mobilizadas para o enfrentamento a VCM, especialmente as enredadas no contexto da educação. Digo cartografar porque a experiência, enquanto pesquisadora em construção, que me proponho a fazer, é de justamente traçar caminhos não determinados por mim, mas sim desenhados pelo próprio fenômeno que busco compreender. Os mapas e contornos se configurarão conforme os corpos sejam afetados e, portanto, produzam efeitos.

Logo, a escolha por esta pesquisa não necessariamente foi eu quem fez, certamente, ela me escolheu. Esta demanda, que inicialmente pensei ser minha, mas ao longo do tempo identifiquei enquanto pública (de todos nós),

emergiu nos meus processos e nos espaços nos quais estive enquanto discente da licenciatura em biologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, sediada no campus de Cruz das Almas-BA. Percebi que podíamos aprender coisas intensas entre nós, mulheres, e que isso nos ensina a viver sem violências, ou pelo menos a enfrentar juntas, o que é impossível sozinha.

Foram nas salas de aula de um curso no qual os discursos e arcabouço teórico com seu viés positivista que produziram e produzem significações sobre o meu corpo, foram nas “piadas” ouvidas e sentidas nas escadas e laboratórios, nos lapsos de tempo imersos nas salas e corredores junto a professores e estudantes nas instituições de escola básica, nas quais cumpri quatro estágios supervisionados e três anos enquanto participante do Programa de Iniciação a Docência – PIBID, que então percebi o quanto a naturalização dos enredos e contextos violentos para meninas e mulheres, sejam cis ou trans¹, são legitimados nos discursos cientificistas da biologia, isto é, uma biologização dos nossos corpos que infere certa organicidade de marcadores que são sociais.

Bom! Legal! Mas o que isso tem a ver com o ensino de ciências e biologia?

Esse despertar poderia ter se dado em qualquer lugar, a qualquer tempo, em qualquer curso, mas é especialmente nas aulas de biologia que os professores são encurralados a dizer sobre o que é este corpo, o que é e como funciona o corpo do outro. É a certeza de que a demanda por dizer, por aferir, comprovar e inferir as normas, limites e concessões, é privilegiadamente da biologia.

Este estudo desenha contornos da produção da violência impetrada sobre (alguns dos) femininos. De acordo com Hanna Arendt (1969), ciências como a psicologia postulavam certa dualidade nas relações de poder, na qual

¹ A expressão, mulher cis, é usada para designar uma mulher cujo a identificação do seu corpo entendendo o corpo como todos os atributos identificadores - ao nascimento seja fêmea, logo, lhe é atribuído o “gênero” feminino e esta se reconhece enquanto mulher. Enquanto que, mulher trans, designa uma mulher cuja a identificação do seu corpo ao nascimento e atribuição de gênero a ela imposta, não coincida com sua identidade de gênero posteriormente construída .

um sujeito teria uma motriz orgânica do desejo de exercer força, e um outro sujeito institivamente “louco” por ser submisso á um homem forte e violento.

O ensino de ciências e biologia, como observado nos muitos processos de imersão na escola, reproduzem dogmas e inferências de caráter sexista que produzem verdades sobre os corpos. Laquer (2001) diz como o conhecimento produzido pelas ciências biológicas foi necessário para demarcar a diferença e especificidade do corpo feminino, uma vez que sua representação estava associada ao masculino até o século XVIII. A ciência postulava que os órgãos femininos eram desenvolvidos em menor grau, mas embutidos nos órgãos masculinos. Politicamente, inferências como estas justificaram e ainda justificam a inferioridade das mulheres, reconfigurando a sua condição social depois de já terem tido certo prestígio e liberdade. Isto mostra como a discursividade da Biologia estava e está politicamente ligada às demandas sociais, desnudando seu caráter “natural”.

O estado moderno – configuração de relação e circulação de poder na era moderna-, compreendido enquanto um conjunto de organismos tornados públicos que organizam (e segregam), atendem (ao menos em tese) as necessidades dos povos que habitam seu território, representam, delimitam e constituem leis, normas e diretrizes que funcionam para além do poder judiciário, na composição de discursos e práticas que podem instituir normas sociais também fundamentadas na produção de violências contra os sujeitos “classificados enquanto inferiores”. Isto é, o sujeito privilegiado da estrutura de poder estatal (exatamente assim constituído por relações desiguais de poder) pode compor organismos que funcionem para introdução e ou manutenção de uma cultura de violência projetada sobre os já historicamente sujeitados. Assim, a ideia de “organicidade” da violência e de “naturalização” da submissão e inferioridade dos femininos, postulada previamente pelos braços do estado, assim como as ciências e na justiça, circulam nas instituições culturais como a escola, a família, a religião, conferindo enredos e contextos violentos para meninas e mulheres (cis ou trans) que culminam na procura de políticas públicas de atendimento a mulher em situação de violência como o Centro de Referência a Mulher (CRAM).

No decorrer da graduação fiz do território escolar e das enunciações e subjetivações que dali emergem, lugar de pesquisa-ação, escrevi, publiquei, construí e estive presente nos espaços de discussões. Contudo, o lugar da minha pesquisa de conclusão de curso, é o Centro de Referência a Mulher – CRAM, ali eu traçaria os mapas e correlações de forças nas linhas de produção da violência contra mulheres (VCM), e as minúcias dos processos de enfrentamento.

Logo, o desenho que será transcrito tomará forma conforme sejam traçados quatro capítulos. O primeiro, “O QUE SE PASSA: ESTUDOS E COMPREENSÕES” debruço-me nos estudos cunhados acerca dos processos de construção dos gêneros e sua representação dicotômica, masculino *versus* feminino; como surge “gênero” enquanto categoria analítica, bem como também serão apresentados ideias e estudos sobre a produções da violência, especialmente a violência contra mulheres no Brasil. Neste interim tento traçar um dialogo entre os autores e minhas compreensões.

O segundo capítulo “DITANDO A PRODUÇÃO: UM TEMPO UM LUGAR” será um dialogo na tentativa de leitura do fenômeno-cidade-texto no descortinar do(s) poder(es) estatal na cidade de Cruz das Almas—BA, compondo a discussão de lugar e suas relações de poder sociopolíticas imbrincadas aos processos de produção e enfrentamento a violência contra mulheres.

No terceiro capítulo “CORPOS ANUNCIAM REALIDADES, DENUNCIAM VERDADES” conversaremos acerca das normas, dos limites e concessões que configuram enredos violentos para mulheres, logo, as linhas anunciarão sujeitos-corpos.

O quarto e ultimo capítulo, “QUEM NÃO REAGE, RASTEJA”: TECENDO LINHAS DE FUGA”, evidenciará as linhas de fuga a VCM, constituídas nos diferentes âmbitos, do estado, compondo a sessão “Políticas e o Estado”, das pedagogias “No caminho havia uma escola” e das micro relações de produção de vidas entre mulheres “De nós, por nós”.

1. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Uma vez que os estudos teóricos devem estar diretamente ligados à atuação política- interventiva no que coaduna com o pensamento, de acordo com Bandeira (2014) os estudos sobre a violência de gênero, sobretudo aquela que atinge a mulher, se configura em um campo teórico-metodológico fundamentado nas demandas trazidas pelo movimento feminista, contribuindo principalmente nas esferas da saúde da mulher, segurança pública e do judiciário. Contudo, este trabalho não tem a pretensão de carregar pesos de mudança, apenas a tentativa de descortinar as minúcias do poder deixando emergir as enunciações e subjetivações nos caminhos traçados.

A proposta desta pesquisa se configura numa perspectiva cartográfica feminista, para melhor compreensão da produção da violência contra mulher em um município do Recôncavo baiano. Neste estudo serão discutidos elementos sociais e políticos de um tempo e de um lugar, na constituição dos gêneros, no dualismo feminino masculino, e como esses atravessamentos funcionam na produção da VCM e nas minúcias dos processos de enfrentamento a este fenômeno.

Nesse sentido, para realização desta pesquisa optamos por uma cartografia que lança mão de recursos etnográficos, usando o que as duas perspectivas metodológicas oferecem de contribuição para pesquisa no campo das relações de gênero, já que são os trajetos os quais a pesquisadora vai se permitindo explorar que constroem o caminho metodológico.

Para Caiafa (2007) a etnografia permite os encontros e afetações entre corpos heterogêneos, isto é, o etnógrafo imerge no campo da pesquisa de modo que seu corpo diferente afeta e é afetado pelos sujeitos participantes e pelo próprio fenômeno de interesse da pesquisa. Nesse caso o processo de fazer pesquisa constitui estranhamentos e agenciamentos que se conformam entre heterogêneos. A cartografia também aposta nesta configuração do pesquisar.

Sempre que o cartógrafo entra em campo há processos em curso. A pesquisa de campo requer a habitação de um território que, em princípio, ele não habita. Nesta medida a cartografia se aproxima da pesquisa etnográfica e lança mão da observação participante. O pesquisador mantém-se no campo em contato direto com as pessoas e seu território existencial. (PASSOS, KASTRUP, ECÓSSIA, 2010, p. 56).

A cartografia, em uma perspectiva contra hegemônica do fazer pesquisa, difere dos ditames do método da ciência positivista, ela propõe um traçado dos campos de objetivações e subjetivações dos sujeitos e práticas de um processo, objetivando a análise do fenômeno da pesquisa em suas amplas e singulares conexões com o mundo e atravessamentos históricos. Para Passos et al. (2010)

[...] o objetivo da cartografia é justamente desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente. Para isso é preciso, num certo nível, se deixar levar por esse campo coletivo de forças. (PASSOS et al. 2010, p. 57).

Assim, a evidência do encontro, seus afetos e outros efeitos, devem sobrepor a busca por informação, num cenário que compreende os 'dados' como uma produção circunstanciada e definida provisoriamente pelo movimento da pesquisa. A cartografia requer um nível de atenção e concentração mobilizada pela cartografa, que gere abertura para o encontro de corpos e saberes, possibilitando outros agenciamentos e conformações no campo da pesquisa. É preciso que a cartografa se deixe levar pelo campo ou campos coletivo de forças, se permitindo desenhar a rede a qual o objeto ou fenômeno de interesse esteja conectado. É preciso imergir nas intensidades do momento para "dar língua para afetos que pedem passagem.". (ROLNIK, 2007, p.23).

Logo, a escolha pela cartografia requer o agenciamento de estratégias metodológicas objetivando gerar formas de compreender e de visibilizar os sujeitos e mundos em torno da pesquisa (BATTISTELLI et al., [201-]). Compreendendo que as fontes deste estudo não estão somente materializadas em documentos fixos e concretos, mas também nas narrativas e comportamentos que se configuram pelo desenho do tempo e dos afetos, faremos uso de técnicas metodológicas que se complementam.

Também é preciso dizer o que até aqui chamamos de subjetivação/processos de subjetivação . Partimos das relações que geram sentidos

e efeitos nos sujeitos, de modo que originam configurações que se fazem provisórias, aguardando forças e captando-as de forma extra individual. Assim, os processos são descentrados, tratam de expressar os encontros,, as percepções e as inter-relações das instancias psíquicas e sociais (GUATARRI, ROLNIK, 1996). Falo então de sujeitos que não são um a priori de instancias psíquicas e internas, mas processos constantes e de caráter coletivo. A violência, desta feita, produz sujeitos cujas configurações se expressam provisoriamente por meio de subjetividades. A cartografia esta atenta então ao fenômeno da violência como um modo de ser e estar no mundo, por vezes naturalizando a desigualdade, por vezes captando desvios-fluxos que desacomodam e sugerem outros jeitos. Mas, é preciso que se diga que a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro social (GUATTARI, ROLNIK, 1996, p. 31).

Nesse estudo de abordagem qualitativa, por meio do trabalho cartográfico, fiz uso da etnografia e seus dispositivos como instrumento de pesquisa desenvolvido pela antropologia – a observação, o diário de campo, entrevistas semiestruturadas e análise discursiva. Assim como, levantamos os registros de violência de gênero contra mulher no município de Cruz das Almas-BA no ano de 2016² através dos mapas, índices regionais e nacionais bem como as pastas e fichas de atendimentos realizados pelo Centro de Referência a Mulher – Maria Joaquina. Foram analisados dados, para além do número de mulheres atendidas, o perfil social dessas mulheres em situação de violência que procuraram o CRAM - Maria Joaquina no ano de 2016, com vistas a traçar os contornos da violência contra mulher nesse território.

Compreendendo que os elementos dos discursos, das enunciações e jogos de objetivações e subjetivações podem evidenciar conformações outras no plano do entendimento do objeto ou fenômeno da pesquisa, muito mais

² Esse ano foi escolhido para análise dos registros, pois em uma década da sanção e implantação da lei 11.340/2006 (Maria da Penha), 2016, foi o ano mais violento para as mulheres na Bahia, sendo que, segundo o mapa da violência no Brasil, Cruz das Almas foi à cidade do recôncavo baiano que mais registrou VCM.

complexas e pertinentes do que somente os dados documentais e estatísticos, concomitantemente a coleta de dados acima citados, no interim de imersão no órgão de atendimento a mulher em situação de violência (CRAM), foi realizada observação do espaço, dos sujeitos, dos discursos, das relações e dinâmicas que ali se estabelecem, bem como, realizamos entrevistas com as mulheres (agentes técnicas: pedagoga e psicóloga) que trabalham no órgão, para fins de análise dos discursos que ali circulam entre essas profissionais de atendimento para ver como para elas a violência se configura.

A primeira entrevista com membro da equipe foi individual, momento em que cada uma das agentes estava em suas respectivas salas de trabalho. Neste momento busquei entender nos seus discursos, como de fato funciona a rotina do CRAM e percepções de cada uma acerca dos processos. Enquanto que a segunda entrevista foi realizada coletivamente, na qual dialoguei sobre as ações de enfrentamento que funcionam no interim do espaço escolar e ou com estudantes/adolescentes.

Também entrevistei uma mulher que foi vítima de violência doméstica (Elza³) e iniciou o atendimento no CRAM – Maria Joaquina no ano de 2016, e após a mudança de gestão do governo municipal retornou e mantém o acompanhamento no centro, até o momento da pesquisa.

Tabela 1: Mulheres entrevistadas.

Entrevistas Semiestruturadas	Entrevistas Dialogada/Narrativa
Psicóloga – CRAM	Recepcionista e secretária do CRAM: Ana (nome fictício)
Pedagoga – CRAM	Coordenadora do CRAM
Mulher atendida pelo CRAM: Elza (nome fictício)	

A entrevista na pesquisa qualitativa, permite-nos alcançar um certo grau de compreensão da realidade do sujeito humano que torna-se acessível mediante a composição das narrativas, pois este método privilegia a fala dos atores sociais. Assim, esta estratégia metodológica mostra-se “apropriada para

³ Nome fictício.

investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo.” (FRASER, GONDIM, 2004, p. 02).

As entrevistas buscam compor um cenário conforme os autores atribuam signos e construam significados dando sentido à realidade que os cerca, de modo que o pesquisador não seja apenas recolhedor e analisador de informações, mas compreenda que está diretamente implicado aos efeitos das narrativas. Nesse sentido Fraser e Gondim afirmam que

[...] a entrevista dá voz ao interlocutor para que ele fale do que está acessível a sua mente no momento da interação com o entrevistador e um processo de influência mútua produz um discurso compartilhado pelos dois atores: pesquisador e participante. (FRASER, GONDIM, 2004, p. 02).

Assim a entrevista semiestruturada segue um roteiro previamente estabelecido, contudo ao decorrer da situação o investigador pode reformular a questão bem como conduzir a linguagem que melhor aproxime-se do entrevistado. Enquanto que a entrevista dialogada requer do entrevistador mobilização no sentido de instigar o interlocutor na composição de sua narrativa.

Quanto a análise discursiva que a pesquisadora propõe a construir, se valerá dos efeitos dos encontros e enunciações dos corpos e seus efeitos. Nesse sentido Passos *et al.* (2010) afirma que

A construção do conhecimento se distingue de um progressivo domínio do campo de investigação e dos materiais que nele circulam. Trata-se em certa medida, de obedecer às exigências da matéria e de se deixar atentamente guiar, acatando o ritmo e acompanhando a dinâmica do processo em questão. (PASSOS, KASTRUP, ECÓSSIA, 2010, p. 49).

Segundo Meiresse e Fonseca (2002) a cartografia precede o ato de escrever uma história contada por outrem, o cartografo é o próprio instrumento que traça, registra e mapeia as paisagens que tomam forma pelo desenho do tempo e das vidas que ali passam. De modo que a análise dos discursos e enunciações deste trabalho, se dará de forma não ditada e categórica, mas atenta e comprometida com o desenho que irá se configurar a partir dos afetos e afetações dos e nos corpos heterogêneos.

Assim, a cartografia compromete-se com o traçar e mapear os

registros dos encontros e seus atravessamentos, pois se pretende observar e debruçar-se sobre “as táticas do poder, não uma aplicação, mas uma historiografia política, de trânsito e não de depósito.” (GIVIGI, 2009, p. 28).

Como nômades, nos propomos a pensar os atravessamentos da VCM no território de Cruz das Almas-BA como um texto, o que significa compreendê-la como uma invenção construída a partir de conceitos e experiências que caracterizam modos, sujeitos e lugar. Ler um fenômeno-cidade-texto, é ler um discurso que tem um enunciado e uma enunciação, pressupõe sujeitos que lê e que escreve a partir de uma perspectiva que leva em conta os movimentos, vivências, os desejos, os medos e a subjetividade dos contornos. Assim, serão os encontros, escritores das linhas que constituem este trabalho.

CAPÍTULO I

2. O QUE SE PASSA: ESTUDOS E COMPREENSÕES

2.1. GÊNERO ENQUANTO CATEGORIA DE ANÁLISE.

Significações desenhadas, sistematizadas e legitimadas no curso de um tempo e de um lugar, inscritas em um sexo dito legítimo e imutável. O gênero, no seu “caráter” construído, são marcas, tensões e significados alocados em um corpo já classificado sexualmente. O corpo pré estabelecido pela biologia, opera como um marcador principal na denominação e instrumentalização deste corpo para o mundo e do mundo para ele.

O sistema de produção dos gêneros, que toma como real o dualismo feminino masculino, considera as características morfológicas de uma genitália, substanciais para a inscrição e construção do sujeito-corpo. A identificação biológica de macho e fêmea transcende o conceito de dimorfismo sexual – conceito da biologia que indica diferença morfológica entre macho e fêmea da mesma espécie - e funciona na qualificação e imposição de uma identidade adequada ao funcionamento social forjada em aparatos de poder. Tais qualidades discursivas da biologia são naturalizadas perdendo o tônus de operações de poder, tornando a biologia um poderoso conjunto de tecnologias de controle do corpo.

Homens e mulheres, assim como podem subverter a ordem criando linhas de fuga daquilo que está posto para “ser masculino” e “ser feminino”, também podem seguir as configurações que lhes são apresentadas desde o nascimento, dada a influência do patriarcado na construção dos sujeitos e conseqüentemente das relações. Contudo, as inscrições são feitas sobre inscrições já naturalizadas sem que os indivíduos percebam os mecanismos construtivos. Como ousar ‘contra’ a biologia se é dada como ‘natureza’?

O patriarcado designa um conjunto de regras e oposições entre os sexos, em que estabelece uma divisão de mundo binário entre feminino e masculino, de modo que o masculino sempre estará em posição de superioridade, “ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. (DELPHY, 2009, p. 173). Isto é, o patriarcado funciona como um sistema hierárquico no qual o sujeito pré determinado feminino estará em condição de “sujeição”, “subordinação”. Também está em consonância com o poder político dos homens na constituição da família brasileira, quando as relações desiguais e violentas da ‘casa grande e senzala’, configuram o poder senhorial masculino, racista, patrimonialista que dão forma ao pacto agrário e ao estado brasileiro, posteriormente.

No entanto, embora a efetivação das ideologias do patriarcado sejam significativas no processo de construção dos gêneros – e sejam importantes para a compreensão da normalização da violência entre os gêneros -, ainda não são suficientes na compreensão de como e porque se configuram os diferentes modos de ser e de relacionar-se de acordo ao território, o tempo, a cor da pele e a classe social, necessitando da emergência de outros aparatos conceituais para este entendimento.

A reivindicação do gênero – que emerge da demanda política de sujeitos que o reivindicam - enquanto categoria de análise relacional vem tomando forma, segundo Louro (2008), desde meados dos anos 60, com debates inflamados acerca das identidades, sexualidades e gênero, na perspectiva de que são construídos. Já que, insurgências de outros modos de ser e estar no mundo, estavam sendo anunciadas nos diversos lugares e contextos sociais.

O percurso do movimento feminista junto a crescente produção de estudos sobre mulheres se entrelaçam ao surgimento do gênero enquanto uma categoria de análise relacional. Tais fatores, intencionalmente, ou não, tencionaram a indispensabilidade de diferenciar o sexo – categoria analítica fundamentada em uma abordagem estritamente biológica, ancorada em uma suposta natureza inquestionável – de uma outra perspectiva de análise, em que apontasse os delineamentos da construção histórica, social, cultural e política. De modo que em meados dos anos 70 o conceito de gênero é estabelecido, e em 1980 é mais amplamente difundido. (MATOS, 2005).

Para Joan Scott (1989) com o surgimento da categoria “gênero”, estudos que cunhavam o termo “mulheres” foram substituídos. “Gênero” amplamente usado, em uma simples interpretação, como sinônimo de mulher. Esta interpretação - “gênero” como sinônimo de “mulheres”-, sugeriu que o conhecimento sobre as mulheres também é, indissociavelmente, conhecimento sobre os homens, e vice-versa. Esta definição implica dizer que o estudo sobre um também é, avistar o outro em suas condições históricas. Bem como, a partir deste delineamento, passa a ser completamente rejeitado explicações das diferenças das vidas sociais, do “homem” e da “mulher”, amparadas no cientificismo do discurso biológico. (SCOTT, 1989).

No entanto, o “gênero” como categoria de análise, nessa perspectiva, estava limitado aos estudos das relações sociais entre homens e mulheres, a família e práticas sexuais, baseado no pressuposto da soberania do homem em relação à mulher, sem explicar as razões pelas quais são construídas e como funcionavam no aspecto político do poder, visto que, para os historiadores, estes campos de conhecimento eram completamente dissociados.

O estudo de gênero, na perspectiva relacional, requer uma visão mais ampla sobre as relações estabelecidas entre homens e mulheres, para além da visão pragmática de superioridade do masculino sobre o feminino. Como estas relações são estabelecidas em determinado tempo e lugar, tem uma finalidade específica. Já que nesse tempo, nesse lugar os fatores que determinam modos de viver são diferenciados conforme marcadores, como a raça/etnia, classe social, geração, etc. Neste caso, podemos inferir que existem outros elementos que funcionam concomitantemente na constituição do universo social no qual o sujeito está inserido, bem como, incisivamente, na constituição do próprio sujeito-corpo.

Pesquisadoras e pesquisadores inquietaram-se com a limitação da interpretação do que seria a categoria de análise “gênero”, em razão de que, ao longo da história dos estudos sobre mulheres surgiram lacunas para a compreensão de movimentos que fugiam a dinâmica descrita pelo viés da dominação patriarcal, em que qualificava o masculino como detentor do poder. Como discutido por Foucault (1984) o poder não é uma força una, a qual

pertence a algo ou alguém, ao contrário, ele se mostra atravessador, relacional, impessoal e inventa-se nas múltiplas formas, de modo que para se compreender a dinâmica estabelecida entre feminino e masculino é preciso entender como o poder se projeta e constitui os sujeitos, contextos e entraves políticos que se esmiúçam nas relações sociais.

Meio a estas inquietações, pesquisadoras como Nathalie Davis (1975) ressaltou a necessidade de entender as relações de poder que atravessavam os corpos, em contextos históricos “Nosso objetivo é descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la [...]”. (DAVIS, 1975, p.60).

Assim, conhecimentos produzidos nos estudos sobre mulheres, evidenciaram o quão importante era conceber tais problemáticas em uma categoria de estudo relacional, buscando compreender os movimentos nas múltiplas relações de poder.

Mais uma demanda dos estudos de “gênero” é reconhecer a existência dos muitos femininos e masculinos para não cair na mera perspectiva essencialista do que é ser mulher e do que é ser homem.

Visto que, a noção binária de feminino/masculino infere sobre a existência de uma essência de mulher, de modo que o “ser feminino” estivesse política e analiticamente aparte da “constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder [...]”. (BUTLER, 2016, p.22). Como se esses não fossem também partes constitutivas de um sujeito.

Acerca das movimentações do feminismo, Butler (2016) diz que com base em um pressuposto político de unificação, na tentativa de legitimar o movimento, o feminismo construiu a ideia de unidade, a universalização das demandas e experiências de subjugação das mulheres indicando a existência de um feminino e um sistema patriarcal universal. Ela também questiona que a universalidade de um sujeito do feminismo indica efeitos metafísicos para a existência e não potencia de categoria de análise e, na esteira desta sua análise ela entenderá o gênero como norma que circunscreve, limita e fabrica os sujeitos na demanda

genereificadora do poder.

No entanto, para Alvarez (2014) as tensões e transformações que atravessaram os rumos e as demandas do movimento feminista nas décadas de 70 e 80, caracterizou-se por pensar para além de um sujeito do feminismo que fosse universal, - pois este não dava conta dos movimentos de insurgências nos diversos contextos -construindo diferentes segmentos a partir das demandas e especificidades de cada grupo social. Contudo, até certo ponto, essas transformações se deram por influência do neoliberalismo sobre o movimento, exigindo agendas de ações disciplinadas pelo neodesenvolvimentismo na tentativa de forjar identidades fragmentadas. Neste período marcado por tensões e transformações no movimento político e no âmbito acadêmico, o gênero como categoria de análise vai tomando aspecto de relacional. (MATOS, 2005).

Assim, os estudos das relações de gênero se debruçam na tentativa de compreensão dos atravessamentos sociais, culturais e políticos implicados no aspecto constitutivo dos gêneros – feminino masculino - e que são reciprocamente constitutivos desses elementos. “O gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana.” (SCOTT, 1989).

Logo, o gênero como categoria de análise relacional, pretende entender como se estruturam e funcionam esses aspectos culturais, sociais e políticos de um tempo e de um lugar na produção do homem, da mulher e das relações estabelecidas.

Nesse caso, as identidades “mulher” e “homem” não seriam fatos naturais e sim representações discursivas e materializadas, inventadas por uma série de mecanismos sociais e políticos - atuantes do poder – que por meio de seus instrumentos inferem sobre os modos de ser e estar no mundo.

2.2. SEXO COMO BIOPOLÍTICA E A BIOLOGIA

A ideia de dimorfismo sexual disseminada através do discurso cientificista

da biologia, ao invés de assumir posição para demonstrar as múltiplas formas de existir e tentar compreender as diferenças, contribuindo para a equidade de direitos do corpo, da vida social e política, movimenta-se de forma contrária, na estruturação de fundamentos legitimadores das subalternizações.

Para Preciado (2008) no positivismo do século XIX, o sexo como biológico é posto enquanto uma dimensão natural, definitivo e imutável enquanto que ao gênero lhe é atribuído caráter sintético, produzido mediante a uma cultura de acordo a diferenciação sexual. No entanto, para Preciado em sua leitura de De Lauretis, gênero não é

[...] un simple derivado del sexo anatomico o biologico, sino una construccion sociocultural, una representacion, o mejor aún, el efecto del cruce de las representaciones discursivas y vi-suales que emanan de los diferentes dispositivos institucionales: la familia, la religion, el sistema educativo, los medias de comunicacion, la medicina o la legislacion; pero tambien de fuentes menos evidentes, como ellenguaje, el arte, la literatura, el cine y la teoria. (PRECIADO, 2008, p. 83.).

O sexo dito biológico, também é uma categoria inventada que funciona na construção do que designamos por gênero. O sexo é uma tecnologia de poder, a mais poderosa tecnologia biopolítica que também é uma tecnologia articulada na produção de gênero por ser o sexo um fato anatômico pré-discursivo, neste caso esta categoria inventada discursivamente pelo viés científico, não é contestada. Isto é, as relações de poder do mesmo modo que tem efeito na construção dos gêneros, construíram previamente o sexo inalterável para legitimação desse instrumento que é o gênero. Neste caso não existiria um corpo biológico e um cultural, mas a biologia seria também parte construtiva e discursiva do gênero. “Se o gênero ou o sexo são fixos ou livres, é função de um discurso que, como se irá sugerir, busca estabelecer certos limites à análise ou salvaguardar certos dogmas do humanismo como um pressuposto de qualquer análise do gênero.” (BUTLER, 2016, p. 30).

Existe um conjunto de tecnologias que operam de formas distintas sobre “homens” e “mulheres”, produzindo não só diferenças de gênero, mas também diferenças sexuais, racial, de classe, geração, corporalidade, dentre outros marcadores. As tecnologias de agenciamento dos gêneros feminino e masculino, funcionam para além do parâmetro “corpo biológico”, pois elas também

constroem performativamente a materialidade dos sexos. (PRECIADO, 2008).

Uno de los resultados característicos de esta tecnología de género es la producción de un saber interior sobre sí mismo, de un sentido del yo sexual que aparece como una realidad emocional evidente a la conciencia: «soy hombre», «soy mujer», «soy heterosexual», «soy homosexual» son algunas de las formulaciones que condensan saberes específicos sobre uno mismo, actuando como núcleos biopolíticos y simbólicos duros en torno a los cuales es posible aglutinar todo un conjunto de prácticas y discursos. (PRECIADO, 2008, p. 89).

Nesse caso, a construção dos gêneros funciona na regulação e na própria produção de subjetividades já demarcadas nos símbolos impostos a um corpo também materializado através do discurso e outras tecnologias. Para Preciado (2008) não há nem homens nem mulheres, nem mesmo heterossexualidade ou homossexualidade, foram estas, próteses geneirificadas e sexualizadas criadas pelas ecologias somaticopolíticas, ou seja, práticas com a finalidade na invenção de um corpo que deve carregar atributos naturalizados e outros inseridos nesta naturalização.

Para Foucault (1999) esses fenômenos estão imersos no plano do biopoder, que é a esfera da vida sobre a qual o poder tomou as rédeas. Ele atua nos processos de agenciamento das vidas, fazendo produzir modelos de um corpo que deve ser funcional.

O nazismo foi o regime exemplo no exercício do direito de matar. O estado moderno, visando adestrar os corpos humanos, usam dos mecanismos políticos e sociais que marcam o que foram esses regimes autoritários, com os instrumentos de repressão e controle do corpo, tempo e do espaço. A exemplo disso são os próprios campos de trabalho e sistemas político-econômicos como o capitalismo, que fazem uso dos dispositivos de poder na produção de movimentos e corpos desejantes influenciando nas correlações de forças e atravessamentos constitutivos do gênero. (FOUCAULT, 1997). Instituições como a família, a escola, a religião e a justiça funcionam por produzir e reproduzir instrumentos como o discurso, elementos da moral e o medo na construção do gênero e do próprio sexo. (PRECIADO, 2008). Assim a, produção desse corpo docilizado e funcional é uma importante obra a serviço do capital, que institui-se como relação econômica, política, estética de produzir a legitimação da exploração e desigualdade e a naturalização de seus mecanismos de controle.

Os dispositivos de poder que funcionam sobre uma sociedade se desenha no campo do saber de modo que esse saber torna-se poder. Assim, o conhecimento é objeto do poder do mesmo modo que é uma de suas dimensões.

Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico; (...) um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso; (...) um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam; (...) finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso (FOUCAULT, 2013, p.220).

2.3. A ESCOLA E A PEDAGOGIA DOS CORPOS

A escola, importante instituição no processo de formação de sujeitos, atua nas diversas dimensões do saber-poder na regularização e disciplinarização de um espaço e conseqüentemente dos sujeitos que ali estão. Por meio de instrumentos, técnicas e procedimentos infere, sobre um corpo social, verdades absolutas legitimadas pelo discurso científico que funciona na manutenção daquilo que esta posto no interim de um organismo social, do mesmo modo que a própria ciência é legitimada conforme interesses de grupos privilegiados da estrutura do poder de uma dada sociedade. Isto é, o conhecimento é produzido no exercício do poder e ao mesmo tempo é o próprio poder.

Nenhum saber se forma sem um sistema de comunicação, de registro de deslocamento, que é em si mesmo uma forma de poder, e que está ligado, em sua existência e em seu funcionamento, às outras formas de poder. Nenhum poder, em compensação, se exerce sem a retenção de um saber. (FOUCAULT, 1997, p.19).

Se saber e poder relacionam-se intrinsecamente na constituição da vida moderna, podemos entender que o conhecimento diz respeito à qualidade de movimentação dos interesses na sociedade moderna e às formas como são selecionados e construídos o aparato que os ancora. Guacira Lopes Louro considera que apesar de não podermos conferir à escola, exclusivamente, o encargo de ilustrar as identidades sociais nem instituí-las determinantemente,

ainda assim é preciso discernir que “suas proposições, suas imposições e proibições fazem sentido, têm efeitos de verdade, constituem parte significativa das histórias pessoais” (LOURO, 2000, p. 13).

O território escolar funciona nos seus muitos aspectos, enquanto instituição de produção de sujeitos-corpos. No seu contexto, não se trata meramente de uma educação regida em conhecimentos formais e ditos universais – compreendamos que interesses os confere sistematicidade- , mas sim em um processo de domesticação, de disciplinamento de caráter ideológico no sentido de construir um ideal de “mulher”, bem como, um ideal de “homem”. A escola mantém praticas pedagógicas explicitadas quanto a suposta formação de atributos lógicos e intelectuais, no entanto “O investimento mais profundo, contudo, o investimento de base da escolarização se dirigia para o que era substantivo: para a formação de homens e mulheres "de verdade.". (LOURO, 2008, p. 11).

A escola funciona, através dos dispositivos de poder de algum modo sutil e ou violentamente evidente e sempre presente, enquanto um território de produção dos sujeitos. São instituídas pedagogias na produção da masculinidade e feminilidade desejanse a um modelo de sociedade. Na produção do “menino” lhes são atribuídas algumas características essenciais, como a “masculinidade dura, forjada no esporte, na competição e numa violência consentida.” (LOURO, 2008, p. 11), enquanto que às meninas lhes são conferidas características como passividade, gentileza e capacidade de pedir desculpas. Tais informações são ferroadas nos corpos de crianças e adolescentes produzindo não só corpos desejanse, mas também identidades e subjetividades que inferem organicidade.

As aulas e corredores impregnados pelo discurso de caráter científico que é produzido e funciona na produção e reprodução de práticas sociais, definem corpos e comportamentos que são reforçados e também produzidos na horizontalidade das outras instituições de controle das quais os sujeitos estão inseridos. Nesses contextos é corriqueiro o viés patologizante sobre aqueles corpos e comportamentos que não coadunam com a ordem previamente estabelecida. Constantemente são deferidas análises no discurso médico e

psicológico assumindo que aquilo que é desviante em determinado espaço deve ser '[...] passível de vigilância, de observação, de análise, para a constituição de um saber que atue numa rápida ação corretiva." (SOUZA et al, 2007, p.130).

La historia de la normalizacion de genera en Occidente esta marcada por la invencion, la combinacion sintetica y la comercializacion de nuevas moleculas de gestion del cuerpo (farmaco-), asi como de nuevas tecnicas de representacion (-porno) del gene-ra y de la sexualidad. La gestion farmacopornografica (hormonal, quirurgica, audiovisual) del genera que comienza a partir de la Segunda Guerra Mundial forma parte de un conjunto mas amplio de tecnologias de produccion de la especie. (PRECIADO, 2008, p. 93).

O contexto de generificação de um corpo naturalizado é marcado por aparatos de poder em dimensões sutis e minuciosas que regem corpos e comportamentos. Para Preciado na era farmacopornográfica os efeitos somáticopolíticos em cada corpo tem graus e intensidades diferentes já que o corpo não é uma matéria passiva, mas sim, ele - o corpo – está territorializado pelas escrituras “textuales, informáticos e bioquímicos.” (PRECIADO, 2008, p. 94).

Nesse sentido as relações de poder em movimento nas bases sociais, culturais e políticas ao tempo constroem os gêneros no feminino *versus* masculino, agenciam desejos, saberes, funções, espaços e modos de ser, produzindo o que é ser homem e o que é ser mulher, forjando modelos previamente estabelecidos com efeito na negação das diferentes identidades.

Michel Foucault (1984) diz que a aceitação e manutenção dessa dinâmica de poder é justamente porque “ ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso.”(FOUCAULT, 1984, p.8). De modo que devemos buscar compreendê-lo como uma teia de produção que transita todo corpo social e se dá para além das formas de repressão.

Considerando o enredar do poder na construção dos sujeitos e corpos, implica dizer que o gênero é constituído, do mesmo modo que constitutivo⁴, e atravessado na coexistência de questões como classe, racialização,

⁴ Pois são as mesmas esferas do poder que constroem os gêneros e seus marcadores interseccionais, bem como estes se atravessam funcionando um na constituição do outro.

sexualidade, temporalidade e território, dentre outros marcadores sociais e políticos.

São esses elementos, constituídos no exercício do poder e constitutivos de sujeitos marcados para subalternização, a partir da criação e naturalização de marcas e significados sobre um corpo, em que ao mesmo tempo constroem significações de caráter visual e infere substancialmente nas projeções de subjetividades. O processo de tomada de um território através das violências para extermínio de um povo, funciona para além da letalidade das ações, constituindo um organismo violento no uso de dispositivos que atuem sobre a vida de “seres não-humanos” que devem existir para servir aqueles considerados humanos. O quesito racialização assim como a generização funciona na produção de um corpo naturalizadamente “inferior”, “destituído de potência humana”, portanto destinado à manutenção de uma estrutura que beneficie outrem.

2.4. VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA MULHER

Aos historiadores e cientistas políticos, é impossível passar despercebido a função da violência nos processos de atividade humana. No entanto, “é bastante surpreendente que a violência tão raramente tenha sido objeto de consideração.” (ARENDR, 1969, p.07). Embora exista uma ampla literatura sobre os instrumentos da violência – guerras e massacres – é muito escassa a produção de conhecimento acerca da violência propriamente dita. Demonstrando que as violações, e sua faceta arbitrária, tornaram-se fatos tão corriqueiros, que tranquilamente poderiam ser ignorados. (ARENDR, 1969).

Perante justificativas biológicas, a violência é caracterizada enquanto uma força criadora da vida, exaltada como uma manifestação de virilidade, isto é, está intrínseca ao sujeito humano, é agente mobilizante da vida no reino animal. Argumentos como estes fundamentam os contextos sociais e políticos naturalizadamente violentos para as vidas sociais, obviamente, aquelas que

devem viver para morrer⁵.

Inerente à condição humana, intrínseca ao sujeito homem heteronormativo, compreendida enquanto uma característica biológica da espécie *Homo sapiens*. Pressupostos como estes legitimam as violações impetradas sobre aqueles classificados socialmente – através da racialização e sexismo - como não humanos, já que as civilizações humanas foram historicamente fundadas mediante pressuposto da existência de seres organicamente subalternos, condicionando-os ao ato da servidão face às violências.

Para Hannah Arendt (1969) e Achille Mbembe (2016), a violência não deve ser compreendida como elemento inerente a vida humana, pois este argumento pode ser terrivelmente perigoso no que tange a vida daqueles que são naturalizados não-humanos, portanto subalternizados. Como o caso dos negros, indígenas, judeus e mulheres, que historicamente lhes é negada a condição de sujeito humano, ou lhes é atribuída a condição de vida humana inferior. “Nem a violência, ou o poder, são fenômenos naturais, isto é, manifestações de um processo vital; pertencem eles ao setor político das atividades humanas [...]”. (ARENDR, 1969).

Bem como a violência também não pode ser entendida como produto derivativo da racionalidade, ao contrario, ela se manifesta mediante interesse próprio, de um sujeito ou de um grupo social, ao tempo que a razão pressupõe esclarecimento, e este, não necessariamente coaduna com a vontade individual, “[...] ao contrário, que ser esclarecido vai contra a própria natureza do interesse próprio.” (ARENDR, 1969, p.49).

“A violência, sendo instrumental por natureza, [...]” (ARENDR, 1969, p. 50) é um dos elementos estruturantes das civilizações modernas, constituinte dos dispositivos de formação dos sujeitos e de toda uma sociedade. Portanto, ela se mostra atuante - nas suas diferentes formas - no cotidiano social, intencionalmente, como um meio que será justificado ao alcançar seu objetivo

⁵ Já que, sujeitos marcados para morte, ainda assim precisam existir, pois funcionam na consolidação estrutural do poder.

final.

Assim, este elemento estruturante, não de uma espécie, mas, de uma sociedade, se comporta de modo muito peculiar, minucioso e nem sempre sutil, mas de alguma forma presente no organismo social.

A violência é exercida, mediante instrumentos políticos e sociais, quando o privilegiado da estrutura do poder não é mais sustentado pela base. A violência é um mecanismo de fabricação dos fins, portanto ela é um meio para alcançar um objetivo específico no plano do poder.

Para o poder existir, é preciso que haja consenso entre os elementos constitutivos da base de sua estrutura. Ou seja, no processo de construção, ele permeia nos diversos eixos da sociedade, costurando, produzindo e ancorando, um senhor hegemônico. Nesse caso, a violência não necessariamente é instituída objetivando a tomada da estrutura do poder, ao contrário, ele – o poder – é relacional e de algum modo concedido. Quando as ações humanas escapam do controle do privilegiado da relação de poder, a violência passa a desempenhar um papel importante como mecanismo de manutenção do controle.

Tomando a ideia de organicidade da violência, a construção dos gêneros na dimensão social mediante previa categorização biológica, na qual o feminino é instituído enquanto inferior e subalterno, enquanto que, ao masculino, lhe é atribuído adjetivos que indicam superioridade e legitimidade, logo, a violência – “própria do animal humano” – deve ser impetrada sobre aqueles organicamente inferiores. Neste caso, a hierarquização dos gêneros, seria a base da estrutura do poder.

Diante da polarização das importâncias e legitimidades entre “homens” e “mulheres”, em um sistema patriarcal, na hierarquia dos gêneros, necessariamente o sujeito masculino estará em posição de superioridade em relação ao feminino.

Nesse sistema dicotômico e hierárquico, o sujeito feminino, normativamente é consagrado como peça estruturante, alocada

significativamente na consolidação do arcabouço do poder. Assim, mediante as resistências forjadas no interim do alicerce, são deflagrados – a mando do privilegiado da estrutura do poder – inúmeros ataques que objetivam conduzir a manutenção da dinâmica estabelecida.

2.5. VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA MULHER NO BRASIL

Embora o processo de colonização não tivesse como meta transformar os colonizados em seres humanos, ainda assim “A missão civilizatória usou a dicotomia hierárquica de gênero como avaliação, mesmo que o objetivo do juízo normativo não fosse alcançar generalização dicotomizada dos/as colonizados/as.”. (LUGONES, 2004, p.04). Isto é, no processo civilizatório a missão era concebida para conquista e colonização, tornar os colonizados homens e mulheres não era uma meta, este elemento de classificação dicotômica fora atribuído de acordo ao dimorfismo sexual observado em outros animais, nada tinha a ver com o processo identitário, ao contrário, este jamais lhes seria concedido pois apenas os colonizadores – “seres humanos por excelência” - gozavam de identidade.

Lugones (2004) afirma que fêmeas seriam mulheres não-humanas e machos seriam homens-não humanos. Neste sistema de classificação a avaliação sobre os colonizados também funcionava como no sistema colonial de hierarquização dos gêneros. Mulheres colonizadas eram consideradas inferiores quando comparadas aos homens e mulheres colonizadores, assim como também eram consideradas inferiores, em relação aos homens colonizados.

O universo binário das colônias e impérios introduziu uma cultura de polarização dicotômica e hierárquica entre os sujeitos colonizados, talvez, na tentativa de ruptura de laços forjados em outras conformações. Esse processo de usurpação de um território, pretensiosamente violento, é especialmente funcional no que tange a introdução de uma cultura de violência no organismo social.

Mediante as tensões e delineamentos históricos dos elementos fundantes

da sociedade e do estado brasileiro, as correlações entre gênero, raça e poder forjadas nas diferentes formas de violar que circunscrevem vidas sociais desde o início do processo de colonização, Rodrigues e Santiago (2018) ao discutir os exercícios do poder proferido pelo estado brasileiro - pós colonização -, na forma de violência, diz que

Em um país onde a violência institucional foi condição de possibilidade para as fundações de nossas estruturas sociais e políticas, [...] a história de violência e extermínios que fizeram parte do nosso corpo social a fim de mostrar como a violência de Estado não só fez parte do passado nacional, como ainda faz parte da vida cotidiana. (RODRIGUES; SANTIAGO, 2018, p. 12).

As violências dirigidas contra as mulheres também se configuram no correr de um tempo e de um lugar, nos acontecimentos históricos, sociais e políticos, mediante os atravessamentos de uma cultura. O estado como forma de poder circundante, forjado nas violações históricas e ainda cotidianas, é um dos agentes atuantes na produção desse fenômeno, especialmente no que tange a legitimação e a incisiva caça aos corpos marcados para subalternização. O exercício do poder político e social das instituições do estado produzem diretamente as violências nas vidas ferroadas para morte. Por meio dos aparatos de repressão, como a polícia, e de produção do conhecimento, como a ciência, ele também regula e infere sobre as violências articuladas em outras instancias/enquadramentos.

A VCM é uma consequência da desigualdade histórica de gênero criada e mantida por e entre as estruturas de uma sociedade a partir dos mecanismos de poder. Está enraizada em padrões tradicionais, é produzida nos acontecimentos históricos de uma cultura, portanto as cenas de violências naturalizadas passam nos nossos corpos e olhos, no interim das nossas vidas cotidianas, costurando e produzindo marcas, mesmo que ao fim do dia não sejam visíveis aos olhos de outrem.

Embora a VCM aconteça nos mais diversos países, os dados dessa violência no Brasil são alarmantes. No período de 30 anos, de 1980 a 2010, o número de mulheres assassinadas chegou perto de 91 mil, só na última década 43,5 mil mulheres foram assassinadas. O número de mortes no percurso desses 30 anos aumentou gradativamente, 217,6% nos quantitativos de mulheres

vítimas de assassinato.

Essas cenas também nos revelam formas e insurgências dos muitos modos de fazer viver resistindo e existindo. Em face às violências impetradas por aquele que deveria ser seu companheiro, após ter sido vítima das mais barbares agressões, ter sofrido três tentativas de homicídio e em uma delas ter ficado paraplégica, a enfermeira Maria da Penha Fernandes, constrói um percurso de luta no processo de emancipação da sua vida, e possibilidade de mudança de muitas outras vidas. Ela forja movimentos que convergem a um deslocamento do poder político e jurídico do Brasil e da América Latina, com um grande passo no que seria as possibilidades jurídicas, políticas e sociais de enfrentamento da VCM, que inclusive a lei considera um crime de Violação dos direitos humanos.

“Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.”. (BRASIL, 2006). Embora seja novidade do ponto de vista formal, ao ser inserido num texto de lei, os estudos da VCM e o movimento feminista já há alguns anos pensava nesta perspectiva. Mas é pela primeira vez que em uma lei da constituição brasileira houve este reconhecimento formal.

A Lei Maria da Penha nos coloca diante de mecanismos que são necessários para abordagem acerca de violação dos direitos humanos, pensando para além da reparação. Ela evidencia a importância de se pensar um processo educacional de uma sociedade na perspectiva de desconstrução dessa violência naturalizada sobre um sujeito visto como organicamente inferior. Isto é, ação numa dimensão não só coercitiva, mas sim, de composição de uma outra cultura no que tange a perspectiva sobre o outro, fora dos padrões coloniais hierarquizado.

A lei nº 11.340, conhecida por Lei Maria da Penha, sancionada em sete de agosto do no ano de 2006, pelo então presidente da República do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação

contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. (BRASIL, 2006).

A partir da sua sanção, esta lei infere que o estado brasileiro e suas instituições construam dispositivos de punição, atendimento e prevenção à situação da VCM. Este último, sendo o mais complexo no que tange primeiramente a desconstrução de mecanismos de poder que inferem sobre a existência de um sujeito organicamente inferior – que portanto deve ser violentado, levado a morte ou deixa-lo morrer - , e, concomitantemente, a construção de uma nova forma, não só organizacional e de fazer gerir uma sociedade, mas principalmente da inserção de elementos culturais que configure equidade entre os sujeitos.

O exercício do poder social e político nacional contemporâneo, nada mais é do que reflexo de um processo de colonização de um território e seu povo. A cultura da violência foi e esta sendo escrita por e entre os processos doridos de agressões materiais e simbólicas historicamente instituídas. O histórico de desigualdade entre os gêneros no contexto brasileiro é também fruto das violências exercidas mediante o projeto político de racialização.

CAPÍTULO II

3. DITANDO A PRODUÇÃO: UM TEMPO, UM LUGAR

3.1. “O QUE QUE A BAIANA TEM?”

O recôncavo baiano é um território deveras quente no que diz respeito às manifestações culturais históricas deste lugar. Aqui os movimentos de lutas se cruzam aos motins e festejos, é como se fossem todos uma coisa só (e o melhor é que é!). Não se sabe se os olhos brilham de lágrimas das dores entranhadas e jamais esquecidas, sofridas por aqueles que chegaram mais cedo e foram mais logo, ou se o brilho dos olhos é fruto da fé que carrega. Estas inscrições construíram modos de funcionamento e modulações de corpos que, inclusive naturalizam-se perdendo sentido das fabricações. Os corpos interagem emocionadamente nos suspiros e gritos de luta e de dança que atravessam o sagrado e o profano à volta do Paraguaçu. De todo modo, alternam-se resistências e insistências produzindo cultura e/ou amalgamando formas que parecem essências, mas não o são.

Cruz das Almas é rodeada pelo mar, pelo rio, e as histórias que juntos tecem. Está imersa à região do Brasil em que seu povo mais produziu resistências. Foram aqui fincados quilombos e ranchos na produção de vidas a serem vividas, com o passar do tempo os quilombos e seu povo tomaram a cidade. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cruz das Almas, tem uma área territorial de 139,117 km² e sua população estimada em 2018 é de 62.871. Essa população foi constituída por aqueles povos que aqui estavam e os que aqui chegaram e juntos resistiram aos processos de colonização, bem como os próprios colonizadores.

Segundo o IBGE, no senso de 2010, a população masculina da cidade de Cruz das Almas-BA representa 27.682, enquanto que a população feminina é de 30.924 habitantes.

Esse território é composto por uma população majoritariamente negra, pois a histórica formação social do Recôncavo baiano, apesar da participação dos europeus, especialmente dos portugueses, considera-se muito maior a presença de traços étnicos e culturais dos povos indígenas, mas, sobretudo, africanos. Cruz das Almas-BA, não distante da realidade de outros territórios brasileiros, fundou-se no processo de colonização. Os colonos - originários da civilização europeia - fazendo uso das mais barbares violências, explorou sua natureza, povos e culturas. Suas matas nativas foram dizimadas com a chegada dos latifúndios dos senhores, junto à escravização dos povos originários e dos arrancados e trazidos do continente Africano.

A colonização branca, europeia e cristã, também é patriarcal, assim, as estruturas de dominação-exploração que se constituíram claramente nos embates sociais, políticos e econômico nessa cidade, definem limites e concessões às vidas dos sujeitos que aqui estão. Nesse caso, as mulheres colonizadas vivenciam, simultaneamente, as amarras de uma sociedade imperialista e patriarcal.

Em meados de 1970 iniciam-se embates mais profundos dos movimentos de mulheres e feministas, que visibilizam as violências sofridas por nós, buscando que esses sujeitos tornem-se demandas do estado enquanto produção de vida e não mais funcione enquanto produtor de políticas que geram morte. Desta maneira, os entraves anunciaram e anunciam disputas na construção de políticas públicas para o enfrentamento a VCM.

Contudo, fora nos anos 1980, que deram início as primeiras ações do estado acerca desta demanda. Dentre elas, observa-se a inauguração da primeira Delegacia de Defesa da Mulher no ano de 1985 e, a implementação da primeira Casa Abrigo, em 1986, criada para atender mulheres em situação de violência e risco de morte, ambas as ações ocorreram no estado de São Paulo. Sendo que a Casa Abrigo foi fechada em 1989 e reaberta em 1992, precedendo a criação de outras casas em todo território nacional perante a reivindicação dos movimentos organizados. (BRASIL, 2011; SILVEIRA, 2006).

Assim, nos campos de disputas e correlações de forças que seguem

em longos anos e entraves políticos, no Brasil, o Plano Nacional de Políticas Para Mulheres (PNPM), o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e a lei Maria da Penha (11.340/2006), discutidos e criados na primeira gestão do poder político governamental nacional do Partido dos Trabalhadores, definem um conjunto de ações e metas que devem ser implementadas no tecido social com a interação das esferas federal, estadual e municipal no objetivo comum de enfrentamento a violência contra as mulheres.

Cabe ao PNPM, traçar estratégias para enfrentamento a VCM com os seguintes objetivos: 1) implantar uma Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher; 2) garantir o atendimento integral, humanizado e de qualidade às mulheres em situação de violência; 3) reduzir os índices de violência contra as mulheres; 4) garantir o cumprimento dos instrumentos e acordos internacionais e revisar a legislação brasileira de enfrentamento à violência contra as mulheres.

O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres vincula-se a gestão e monitoramento do PNPM quanto as suas competências no enfrentamento a VCM, este, por sua vez funciona para implantação e efetiva atuação da Lei Maria da Penha em todo território nacional. Nesse sentido, cabe ao Pacto, a gestão e monitoramento das estratégias do PNPM para alcance dos seus objetivos. De acordo aos documentos que os regem é imprescindível que os organismos de políticas para as mulheres funcionem coordenadamente nos estados e municípios.

Análoga à organização federal, em cada Estado pactuado deve ser criada uma Câmara Técnica Estadual, a ser coordenada pelo Organismo de Políticas para Mulheres e composta por representantes dos órgãos estaduais e da sociedade civil com o objetivo de garantir a implementação, gestão e o monitoramento do Pacto no âmbito do estado. Estruturas semelhantes deverão ser criadas nos municípios-polo, reunindo representantes dos órgãos municipais e da sociedade civil para monitoramento e avaliação das ações implementadas no âmbito do município e das articulações regionais.(BRASIL, 2010, p.13)

.A câmara técnica municipal de gestão e monitoramento do pacto é composta pelos seguintes órgãos: Secretarias Municipais envolvidas (que em

Cruz das Almas é a Secretaria de Políticas especiais), Conselhos de Direitos da Mulher e representantes da sociedade civil. De modo que a Câmara Técnica de cada município pactuado tem como objetivos e atribuições: 1) Elaborar plano de trabalho dos projetos para convênio, com detalhamento das ações a serem implementadas e seu cronograma de execução; 2) Promover a execução, monitoramento e avaliação das ações do Pacto no município; 3) Garantir orçamento específico para as ações de enfrentamento à violência contra a mulher no âmbito municipal; 4) Sugerir o aperfeiçoamento e divulgação dessas ações.

Contudo, vários serviços de proteção e de atendimento às vítimas não estão institucionalizados nos municípios brasileiros, especialmente as cidades do interior dos estados, inclusive, muitas cidades não oferecem nenhum dos serviços. Segundo a Secretaria Nacional de Políticas Para as Mulheres, a Bahia aderiu ao I PNPM em 2007, mas apenas seis, dos 417 municípios do estado, se comprometeram com o I PNPM.

Ainda quando os serviços são oferecidos não funcionam adequadamente, caracterizando-se também enquanto políticas de manutenção de uma estrutura violenta para alguns (os mesmos sujeitos historicamente alocados em condição de subalternidade).

Em Cruz das Almas-BA, no que tange as políticas e dispositivos que deveriam/devem funcionar no enfrentamento a VCM no município, veremos como se constituem, quais as fissuras, e perceberemos como se configuram nas diferentes gestões do governo municipal.

3.2. O CRAM – MARIA JOAQUINA.

Cruz das Almas-BA dispõe de um Centro de Referência a Mulher – CRAM, este é um órgão destinado ao acolhimento a mulheres em situação de violência oferecendo serviços que viabilizem a retirada da mulher em situação de vulnerabilidade, este faz parte da agenda da Secretária de Políticas Especiais Federal e Municipal. O centro foi inaugurado e aberto ao público no ano de 2010,

na então gestão do governo municipal de Orlando Peixoto Pereira Filho.

O nome do CRAM em Cruz das Almas-BA tem referência a Maria Joaquina da Conceição, mulher nascida e criada na cidade, mãe de nove filhos, charuteira da fábrica Suerdieck, da adolescência à aposentadoria, com histórico de luta entre as operárias e operários, detinha um significativo poder político no município pela idade e tempo de trabalho. Diante dos fechamentos das fábricas de charutos no município, em 1988, Maria Joaquina da Conceição é procurada por suas companheiras e companheiros charuteiros, e então resolve mobiliza-las na construção de uma associação chamada “Clube das Mães”, compondo o primeiro movimento social de mulheres na cidade de Cruz das Almas – recôncavo baiano.

De acordo com um folder disponível na mesa da recepção do CRAM-Maria Joaquina, os Centros de Referência de Atendimento a Mulher “São estruturas essenciais do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra mulher. Uma vez que visa promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meios de ações globais e de atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação) à mulher em situação de violência.”. Assim, veremos como esta política se configura cotidianamente na cidade de Cruz das Almas-BA.

O documento de normas técnicas de uniformização dos CRAMs informa que a metodologia de funcionamento e de atendimento desses espaços devem se dar da seguinte forma: 1) o primeiro momento corresponde ao acolhimento à mulher em situação de violência que espontaneamente buscar ou for encaminhada para o centro, nessa fase a mulher receberá informações gerais e esclarecerá suas possíveis dúvidas acerca do serviço. No caso de relato de violência sexual ocorrida em até 72 horas, o centro deverá encaminhar a mulher emergencialmente para o serviço de saúde. A mulher que manifeste o interesse de ser atendida será então encaminhada para a; 2) segunda fase, que consiste em orientação e diagnóstico inicial para encaminhamento, nesse momento ocorre uma conversa mais profunda acerca da situação de violência da mulher em atendimento, objetivando que esta mulher estabeleça uma relação de confiança com o serviço. A psicóloga e a assistente social – profissionais responsáveis por esta etapa – deverá ouvir os relatos de forma respeitosa e não

julgadora, elaborar um diagnóstico, explicar os próximos procedimentos e encaminhar a mulher atendida aos serviços de atendimento da rede; 3) a terceira fase objetiva um diagnóstico mais aprofundado afim de identificar as demandas e questões a serem tratadas naquele caso específico. Nesse momento ocorre o atendimento social, o atendimento psicológico, a arte-terapia, que é uma extensão do atendimento psicológico, e o atendimento jurídico; 4) a quarta etapa é o monitoramento do atendimento e encerramento do atendimento. A equipe do CRAM deverá manter interconexão permanente com os demais dispositivos de atendimento à mulher (CRAS, CREAS, DEAM) acompanhando-a de forma integral, de modo que o desligamento do serviço só se dará quando “verificada a superação da situação de violência, o fortalecimento de mecanismos psicológicos e sociais que tornam viáveis a autodeterminação da mulher.”. (BRASIL, 2006, p. 39).

Atualmente o CRAM-Maria Joaquina funciona em uma residência no centro da cidade, dispõe de uma sala destinada a recepção, uma brinquedoteca, uma sala de coordenação, uma sala para atendimento psicológico, outra para atendimento com a advogada, um ambiente de socialização, um banheiro e uma copa.

O prédio atual do CRAM- Maria Joaquina dispõe de uma sala reservada para crianças com a presença de uma pedagoga, com brinquedos e tapetes coloridos, assim mulheres acompanhadas das filhas ou filhos podem realizar todos os processos do atendimento.

- *Meu papel aqui na sede do centro é: caso alguma mulher chegue para atendimento com criança, para a criança não participar de todos os tramites, ela fica aqui na sala... brinca, conversa [...].* (Fala da pedagoga, agente técnica do CRAM- Maria Joaquina).

Caso a mãe sinalize a necessidade de acompanhamento para a criança, esta será encaminhado para o CREAS, mas não há rigor no processo de encaminhamento, demonstrando uma serie de lacunas na efetiva ligação entre os serviços e órgãos.

- *Assim... quando a mãe ou alguém que esta acompanhando parece está engajada e que vai mesmo, aí a gente encaminha, até liga para lá e diz que a pessoa vai... em casos que a gente, assim.. percebe que pode não ir e tal, a gente pega o carro e leva até lá. Mas... assim, não tem como dar esse suporte pra todo mundo porque assim, quem chega aqui pode não ter alguém pra atender.*

Esta fala evidencia o quanto de fissuras existem na efetiva atuação das políticas públicas no que tange ao enfrentamento a VCM. Ao longo deste escrito serão anunciadas outras tantas lacunas nessa política, e como elas se configuram de formas distintas na temporalidade de duas diferentes gestões do poder público municipal.

Em 2016, o CRAM- Maria Joaquina não tinha no seu corpo de agentes técnicas, profissionais pedagoga e psicóloga, como a Elza evidencia em entrevista:

- *Quando eu fui agredida na verdade eu procurei uma amiga que era meio que a responsável, gerente a delegada do..., não era CRAM o nome, era o centro de referencia Maria Joaquina, daí a gente começou lá a fazer os tramites legais através de lá, só que não na rapidez que era necessária. Você sabe que a questão dos órgãos públicos tem algumas dificuldades e alguns entraves que a própria administração impõe. Mas eu fui ao Maria Joaquina, a pessoa me encaminhou para a delegacia, da delegacia eu dei a queixa e da queixa fiquei no aguardo de ser chamada, chamada já não mais lá, porque eles disseram que já iria para o fórum. Aí de lá da delegacia eu fiquei aguardando que essa pessoa responsável pelo Maria Joaquina entrasse em contato comigo, porque eu achei que eu ia ter logo auxílio no sentido psicológico, tanto eu quanto minha filha -- que ela assistiu a tudo. E era hoje era amanhã e era depois, e acabou que acabou, e nada.*

Elza também relata as dificuldades que passou quanto a instancias judiciais:

- *[...] eu dei queixa em março de 2016, em março de 2017 eu recebi a protetiva, e março ou abril desse ano, de 2018, foi que nós fomos convocados para depor. Eles dizem que é rápido, fácil, prático mas não é, se fosse um caso de morrer eu tinha morrido.*

Situações como esta evidenciam o caráter mantenedor de uma ordem hegemônica violenta para os sujeitos historicamente subjugados, uma justiça aristocrata, branca, masculinizada e heteronormativa que serve a alguns em detrimento da vida de outros alocados nas fronteiras e campos de guerra.

Quanto ao espaço físico do CRAM- Maria Joaquina, no ano de 2016 o Centro mantinha uma estrutura diferente da atual, aspecto evidenciado na fala de uma atual agente do CRAM- Maria Joaquina:

- *Era uma sala, tipo um escritório. Funcionava no centro administrativo da prefeitura, lá no colégio acadêmico[...].*

A época, o CRAM da cidade de Cruz das Almas – BA, estava localizado no prédio administrativo da prefeitura municipal, no qual funcionava enquanto um escritório administrativo, dispunha de uma sala e apenas três funcionários.

Segundo os documentos de âmbito nacional e municipal que regem a implementação e efetiva atuação dos Centros de Referência a Mulher, todos os CRAMs devem dispor de uma equipe técnica mínima: assistente social, advogada, psicóloga, coordenadora, pedagoga, auxiliar administrativo, auxiliar de serviços gerais e motorista. De acordo com o documento de normas técnicas de funcionamento dos CRAMs, o espaço físico dos centros devem conter no mínimo: recepção, atendimento, coordenação, sala de apoio e áreas comuns.

De acordo com a lei Maria da Penha, o estado deve criar e promover redes de apoio e atendimento à mulher. No ano de 2003, antes da promulgação desta lei, foi criada na gestão político governamental do então presidente da república Luiz Inácio Lula Da Silva, a Secretaria Nacional de Políticas Para as Mulheres, à época, vinculada ao Ministério de Direitos Humanos. Esta secretaria objetivava, na articulação de discussões acerca dos aspectos sociais e políticos que atravessavam as vidas das mulheres brasileiras, a construção de políticas

públicas voltadas ao enfrentamento às desigualdades no âmbito social e político e as diferentes formas de violência vivenciadas cotidianamente por nós mulheres. E para tal, os órgãos e serviços deveriam funcionar como uma teia articulada no enfrentamento a VCM.

A Secretaria Nacional de Políticas Para as Mulheres junto ao movimento de mulheres e feministas, dentre outros movimentos, tece o que seria PNPM que deve ser executado tri anualmente, até a construção e implementação da versão posterior. O plano propõe a criação de estruturas para subsidiar o programa de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres. Neste viés é possível indicar as Delegacias de Atendimento Especializado a Mulher (DEAMs), os Centros de Referência (CRAM), as Casas Abrigo, os Postos de Saúde e Hospitais, Instituto Médico Legal (IML), serviços de assistência jurídica e psicológica, defensoria, pública, poder judiciário, serviços de assistência social, como os que compõem o Sistema Único de Assistência Social (CRAS e CREAS), dentre outros.

No que tange aos Centros de Referência a Mulher, estes possuem caráter preventivo e combativo à violência de gênero a fim de proporcionar às vítimas a reconstrução ou construção de elementos essenciais para a vida e bem estar que inferem a cidadania, por meio do atendimento interdisciplinar nas áreas social, psicológica e jurídica. Contudo, é importante demarcar que para um enfrentamento a VCM verdadeiramente eficaz, é preciso além da criação destes instrumentos uma efetiva articulação entre os mesmos para garantia da vida dessas mulheres. No entanto, em entrevista, a psicóloga agente técnica do CRAM, diz:

- *[...] você não pode dizer a ela: “faça isso” porque você não pode garantir a segurança dessa mulher, ninguém pode garantir a segurança dessa mulher [...].*

Os documentos institucionais que regem a criação e funcionamento dos CRAMs dissertam sobre a necessidade da construção da rede, na qual os órgãos mantenham informações atualizadas constantemente de forma integral, acerca de cada mulher em situação de violência. No entanto, o que fora

observado em campo, destoa do anunciado em documentos. O município de Cruz das Almas-BA não possui DEAM, a delegacia especializada para mulher mais próxima está localizada no município de Feira de Santana-BA, a em média 90 km de distância. Os boletins de ocorrência (B.O.) registrados na delegacia comum do município não são enviados ou sinalizados para o CRAM, isto é, não há conexão de informações e procedimentos entre os órgãos que deveriam estar funcionando em conjunto, como é enunciado na fala da coordenadora e técnica do CRAM- Maria Joaquina:

- *[...] agora que a gente tem uma policial que trabalha lá dentro da delegacia que quando chega uma mulher em situação de violência ela encaminha pra cá, mas não é oficial, a gente tá tentando.*

As colocações tornam evidente o aspecto fragmentado e conseqüentemente frágil dos processos de enfrentamento a VCM. Esta fragilização é na verdade um dos mecanismos do próprio estado de regular sobre a não vida daqueles que se deve fazer morrer ou deixar morrer. Achille Mbembe (2016) diz que

Foucault afirma claramente que o direito soberano de matar (*droit de glaive*) e os mecanismos de biopoder estão inscritos na forma em que funcionam todos os Estados modernos; de fato, eles podem ser vistos como elementos constitutivos do poder do Estado na modernidade. (MBEMBE, 2016, p.128).

O estado faz uso de seus dispositivos na regulação da vida, inferindo e efetivamente agindo sobre o direito de viver de alguns e a morte de outros. São mecanismos do poder estatal que evidenciam as necropolíticas nos casos de negligencia acerca das questões dos femininos, que funcionam na morte simbólica, social e física, tanto na dimensão do biopoder, que é quando o poder toma e regula a vida de um sujeito nas micropolíticas de produção de corpos, quanto na dimensão biopolítica, que é o aspecto do poder exercido por meio de técnicas de gestão do próprio estado a uma dada população de forma macro.

Embora o espaço físico minimamente adequado e profissional atuante, o tecer e costurar ações numa perspectiva inter e multidisciplinar entre o CRAM, a

escola e outros órgãos e serviços na efetivação da teia de enfrentamentos a situação da VCM, é inexistente. A rede se mostra não existente e quando precariamente existente os serviços não são institucionalizados. Como é evidenciado na fala da agente técnica do CRAM – Maria Joaquina:

- *Hoje a gente já tem, assim, pelo menos alguns agentes na delegacia que é parceiro nosso, não são todos. Tem alguns que recebem a mulher lá na delegacia faz o boletim de ocorrência, mas não notifica o centro nem encaminha, mas a gente já tem assim alguns agentes parceiros, que assim as vezes mesmo ela indo a delegacia pede pra que ela venha no centro.*
- *Assim a gente busca trabalhar em rede, mas assim, se eu te falar que a rede é 100% eficaz a gente não tem como falar isso, mas assim a gente busca, assim na medida do possível com a secretaria de ação social, quando é um caso que envolve menor também com o pessoal do CRAS, do CREAS, a gente tenta na medida do possível tá caminhando. Hoje aqui a gente não tem casa abrigo, a gente só tem casa abrigo em Salvador, então a gente não tem casa abrigo.*

A fragmentação desses elementos essenciais na composição de uma estrutura de enfrentamento a VCM que seja efetiva é uma evidência de “preparo” do estado, no sentido de que o estado está significativamente munido dos aparatos que promovem a manutenção de uma estrutura de poder que continue a violentar e deixar violentar os mesmos sujeitos historicamente subalternizados em detrimento de outros com cargas de privilegio.

Os dispositivos do estado que conformam as macro e micropolíticas com finalidade na manutenção de uma estrutura de poder hierarquizada e violenta são históricos e consagrados. São políticas e práticas minuciosas e, por vezes, sutis, que se configuram e são evidenciadas nos campos de disputa e das correlações de forças.

CAPÍTULO III

4. CORPOS ANUNCIAM REALIDADES, DENUNCIAM VERDADES.

Tenía siete años apenas,
apenas siete años,
¡Que siete años!
¡No llegaba a cinco siquiera!

De pronto unas voces en la calle
me gritaron ¡Negra!
¡Negra! ¡Negra! ¡Negra! ¡Negra! ¡Negra! ¡Negra! ¡Negra!

“¿Soy acaso negra?” – me dije ¡Sí!
“¿Qué cosa es ser negra?” ¡Negra!
Y yo no sabía la triste verdad que aquello escondía. Negra!
Y me sentí negra, ¡Negra!
Como ellos decían ¡Negra!
[...]
¡Negra soy!
(Victoria Santa Cruz).

São nas linhas que circunscrevem os corpos e seus caminhos, que tornaremos visível o exercício do poder na produção da VCM. Estas serão linhas de composição dos interditos e concessões que funcionam na produção dos enredos violentos para mulheres. Para isto traçaremos os contornos do poder por e entre os femininos que atravessaram o caminho desta pesquisa, descortinando e desenhando o visível, pois, embora a violência atinja a vida de milhões de mulheres em seus mais diferentes contextos e territórios, os dígitos e vivências inferem sobre um, e outro corpo com cotidianos mais doridos⁶.

Para Michel Foucault (1984) as guerras, mediante mecanismos de

⁶ Este desenho se atem aos sujeitos que atravessaram os caminhos neste interim, portanto, uma observação importante é que todas as mulheres que procuraram o CRAM – Maria Joaquina em 2016 e ao longo da imersão nesta pesquisa, eram mulheres cis gênero.

violência, funcionam na produção de um sistema de regras que são dinâmicos e modificam-se, ou não, a cada período de dominação da humanidade. Os processos de dominação em cada momento da história são como um ritual constitui minuciosos e cuidadosos procedimentos, estabelece obrigações e direitos, imprime marcas e lembranças as coisas e aos corpos.

As regras são codificadas de acordo aos marcadores impostos aos corpos, regulando, limitando ou concedendo direitos, vida ou morte, aos diferentes sujeitos, de modo que o exercício do poder dominante funcione a serviço de alguns em detrimento de outros.

Logo, neste capítulo, serão anunciados sujeitos ao tempo que os traços e os contornos sinuosos das políticas reguladoras das vidas face às violências serão evidenciados.

Em entrevista, a psicóloga agente técnica do CRAM, anuncia:

- *[...] claro que dentro do CRAM quem mais nos procura são mulheres classe baixa, **negras**, pobres, **negras** com famílias numerosas, essas mulheres que nos procuram [...].*

4.1. O QUE A COR DA PELE TEM A VER COM ISSO.

Embora a população brasileira tenha se constituído multirracial e pluricultural, ainda hoje a lógica eurocêntrica e patriarcal do colonialismo é reproduzida, se perpetuando as hierarquias socioeconômicas, de gênero e raça. Este contexto implica em dígitos elevados de mulheres em situação de violência e vulnerabilidade social, agravando-se quando se trata das mulheres negras. (PEREIRA, TAVARES, 2016).

No Brasil, os relatos de VCM registrados pelo disque denuncia no primeiro semestre de 2016 em que a cor/raça da vítima foi informada, 59,71% das violências foram exercidas sobre mulheres negras. De acordo com o Atlas da Violência 2018 considerando os dados de 2016, a taxa de homicídio é maior entre as mulheres negras (5,3) que entre as não negras (3,1) – a diferença é de

71%. Em relação ao ano de 2006, a taxa de homicídio para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto que entre as não negras houve queda de 8%.

Composição como esta também foi observada em âmbito municipal. Em Cruz das Almas-BA, entre as 52 mulheres vítimas de violência doméstica que informaram a cor da pele na ficha de cadastro no CRAM – Maria Joaquina em 2016, 37 delas eram negras, oito, se autodeclararam parda, e sete, brancas.

Esses dados já compõem e delimitam linhas que configurarão o desenho da produção da VCM nesse território. Vejam como o elemento gênero quando associado a “raça” mapeia contornos de violências que gritam (como troféus) nos noticiários de TV e, ao mesmo tempo, são invisibilizados politicamente.

A raça, logo o “Negro”, é uma invenção do branco, projetada para dominação e exploração. (MBEMBE, 2014). Um sistema racializado é constituído na esfera do biopoder, que infere e regula a vida de sujeitos com base em pressuposto de subalternidade e superioridade orgânica. São argumentos instituídos na esfera social com cargas de cientificismo sobre um corpo dito biológico.

O processo de colonização, em que o sistema capitalista europeu e suas formas de exploração do homem e da natureza foram aplicados à beira do Oceano Atlântico, em meados do século 15, dá origem à raça. (MBEMBE, 2014). Os colonos agiram para exploração dos povos, cerrados na ideia de “civilização” e “educação” das sociedades vociferando ideias sectárias e eugênicas.

Nos processos de invasão e ocupação, os colonizadores usaram do discurso da biologia enquanto coisa natural, determinante para o sistema de classificação e conseqüente exploração, instituindo a hierarquização racial. De modo que a biologia serviu de sustentáculo para a invenção da raça, coube à ciência produzir verdades acerca daquilo que os senhores postulavam, já que o conhecimento dito científico é produzido no exercício do poder ao mesmo tempo em que ele é o próprio poder. Logo, à ciência foi atribuído o papel de controle social, funcionando nos processos de subjugação e conseqüente exploração da

natureza, de povos e suas culturas.

A partir daí a hierarquia racial estabelecida justificaria os lugares sociais nos quais os indivíduos deveriam ser introduzidos na sociedade.

A “ocupação colonial” em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico – inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais. Essa inscrição (territorialização) foi, enfim, equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e, finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais. Esses imaginários deram sentido à instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço;[.]. (MBEMBE, 2016, p.135).

Mesmo que “raça” não seja uma realidade biológica – pois é um projeto biopolítico, um projeto da modernidade -, padrões de classificação a partir de características morfológicas determinam à produção de práticas e relações políticas, sociais e econômicas que geraram e geram desigualdades.

Assim, o “Negro”, como é intitulado, é definido enquanto nada mais do que uma coisa, um objeto, mercadoria. Com esta invenção, era então preciso definir quem é esse “homem-coisa”, “homem-mercadoria”, como deve ser tratado, governado, quais as normas, os interditos, como explora-lo, em que condições deve trabalhar, como tirar proveito dele. (MBEMBE, 2014).

Para Achilles Mbembe (2014) (2016) a raça é um elemento preponderante nas políticas e práticas de controle, logo, se a raça é invenção do branco o racismo também o é. “Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, aquele velho direito soberano de morte.”. (MBEMBE, 2016, p. 128).

O racismo, como forma de desigualdade concreta, implica a existência de dispositivos institucionais coercivos que atribuem identidade. De modo que tal violência funciona não só como aniquilação física, extermínio letal de um corpo ou de um povo, ela também funciona na morte simbólica e social, e tem efeito sobre a própria subjetividade, inferindo certa organicidade da subalternização.

Veja que quanto mais o sujeito esta próximo ao “biológico”, “naturalmente” mais subalternizado é: as mulheres, tida como organicamente frágil e dócil pela capacidade fisiológica de parir e amamentar, negras, negros e indígenas, pela característica fenotípica da cor da pele (não-branca), desta forma não humanos. Já a categoria homem-branco se constitui do social e do cultural isto basta a ser puro, portanto, superior.

Nas relações de poder instituídas entre brancos e não brancos, homens e mulheres, percebe-se o caráter patriarcal do colonialismo, logo, ambas as formas de opressão exercem poderes (simultaneamente) sobre os colonizados. O universo binário dos impérios, em que a representação do homem branco é dona de uma posição elevada na sociedade e é constituído enquanto privilegiado da estrutura do poder, confere aos femininos contextos de violências cotidianas, no caso das mulheres colonizadas, estas sofrem dupla colonização, pois são simultaneamente subjugadas e violentadas. São consideradas inferiores quando comparadas aos homens e mulheres brancas, e também são consideradas inferiores quando comparadas aos homens colonizados.

Mulheres negras sustentam a base da estrutura de poder e “na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível às funções assassinas do Estado.” (MBEMBE, 2016, p. 128). Logo, somos nós alocadas na ponta dos dispositivos (não só estatal) que promovem a morte.

4.2. “NÃO TEM TEMPO RUIM”.

“Não tem tempo ruim” foi uma expressão ouvida muitas vezes em contextos em que, principalmente, homens jovens adultos, demonstravam seu poder de violência em relação a crianças ou adolescentes, quando referindo-se a não ter idade para ser “abusada” sexualmente.

Mesmo compreendendo que divisões entre as idades sejam

arbitrárias, pois os enredos violentos são infiltrados nas nossas vidas desde sempre, sabemos que em momentos distintos da vida dos femininos lhes são impetradas diferentes formas de violência. Foi possível identificar os dados referentes à idade das mulheres em situação de violência em todas as fichas analisadas nesse mapeamento. Desse universo (Gráfico 1), esta informação revela o caminho de violências que se mostra contínuo na medida em que as mulheres vão “envelhecendo”, evidenciando a incidência do fenômeno entre os 18 e os 39 anos. Nota-se que a maior parte destas mulheres estabelecem ou estabeleciam relação de matrimônio, convivência ou coabitação com os agressores (todos homens). As relações heterossexuais baseadas no sistema de dominação-exploração configuram contextos domésticos extremamente violentos para as mulheres, que culminam quando estas chegam à idade entre os 40 e 50 anos.

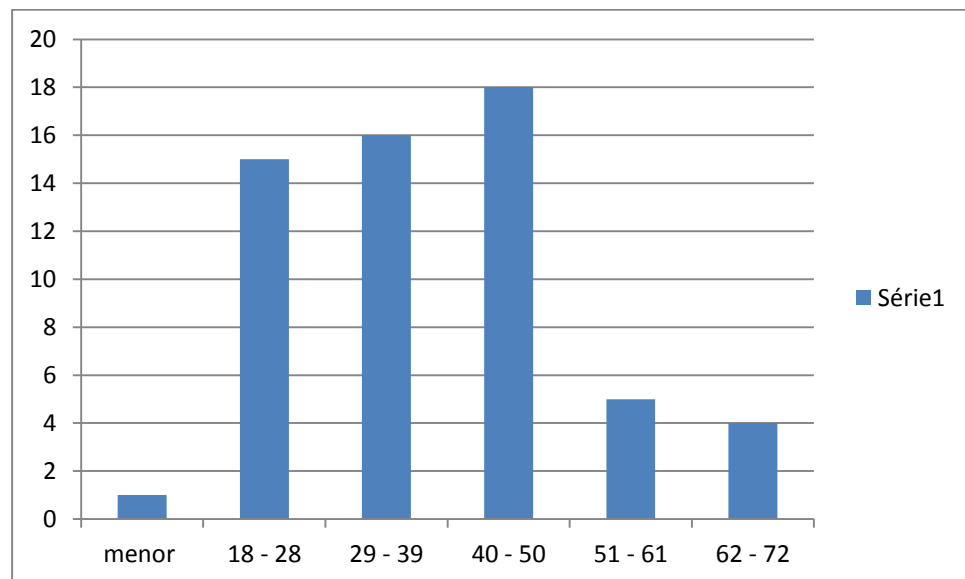


Gráfico 1: Idade das mulheres vítimas de violências que procuraram o CRAM- Maria Joaquina (janeiro – dezembro de 2016). Fonte: Arquivo/ fichas de triagem CRAM- Maria Joaquina ano de 2016.

As vidas de todos os femininos são marcadas por inúmeras violências, obviamente que outros marcadores sociais para além do gênero circunscrevem contextos distintos para cada um. Assim, Marcia Tavares (2016) anuncia que:

[...] a violência sofrida pelas mulheres apresenta modalidades e gradações distintas conforme sua faixa etária. Por exemplo, a violência patrimonial e econômica é predominante apenas entre as mulheres com idade de 50 a 55

anos, que também são alvo de violência física/patrimonial/econômica, além de enfrentarem três tipos e/ou mais de violência. Já acima de 55 anos, as mulheres sofrem violência física, psicológica/emocional, física/psicológica/emocional, cárcere privado, além de três tipos e/ou mais de violência, que também atingem mulheres na faixa etária de 33 a 37 anos. Por outro lado, se há maior incidência de violência psicológica/emocional na faixa etária de 38 a 43 anos, a violência física/psicológica/emocional se concentra entre mulheres de 27 a 32 anos, enquanto mulheres com idade entre 15 a 37 anos são submetidas a cárcere privado, tal qual as mulheres acima de 55 anos, conforme já mencionado. Finalmente, o homicídio é recorrente entre mulheres mais jovens, com idade de 15 a 26 anos e de 33 a 37 anos. (TAVARES, 2016, p. 838).

Os Centros de Referência a Mulher funcionam no atendimento, acolhimento e prestação de serviços a femininos maiores de idade. Menores de 18 anos *“quando chegam aqui são encaminhadas para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e Juizado de menor.”*. (Fala da atual pedagoga agente técnica do CRAM- Maria Joaquina).

No entanto, no arquivo de 2016 encontramos a ficha de uma estudante de 17 anos de idade, moradora da zona rural, vítima de violência física e moral, que relata estar em contexto de violência há em média sete anos. Contudo, a estudante procurou o centro por conta das agressões praticadas pelo ex-marido, com quem conviveu por dois anos.

Os pais são os principais agressores até os 14 anos de idade das vítimas. [...] Esse papel paterno vai sendo substituído progressivamente pelo cônjuge e/ou namorado (ou os respectivos ex), que preponderam sensivelmente a partir dos 20 anos da mulher até os 59 anos. A partir dos 60 anos, são os filhos que assumem o lugar preponderante nessa violência contra a mulher. (BRASIL, 2012).

O abuso do poder disciplinar e coercivo se constitui cotidianamente no interm das relações e contextos familiares, no entanto observa-se que, embora as relações e práticas violentas sejam corriqueiras do contexto da família, ela sempre esteve socialmente invisibilizada por conta da autoridade outorgada ao masculino e cristalizada na estrutura familiar.

4.3. VERDADES E CRENÇAS SOBRE OS CORPOS: RELIGIÃO E CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA

Os saberes e poderes que circulam na horizontalidade das

instituições de poder como a escola, a família e a religião atravessam os corpos e produzem símbolos e significados que inferem sobre a própria subjetividade. Essas instituições são funcionais quanto à reprodução e produção dos saberes que constituem vidas sociais no curso de um tempo e um lugar.

Neste tópico seguiremos linhas que construirão desenhos significativos no mapa da produção da VCM, aqui nos debruçaremos sobre o papel da religião enquanto produtora de verdades que açoitam corpos. O caráter discursivo da religião e todos os elementos materiais e subjetivos engendrados no contexto religioso tornam esse território capilar e denso.

No universo investigado (Gráfico 2) podemos observar que das mulheres que responderam o item religião na ficha de triagem, a maioria identificou-se enquanto cristãs (católicas e evangélicas).

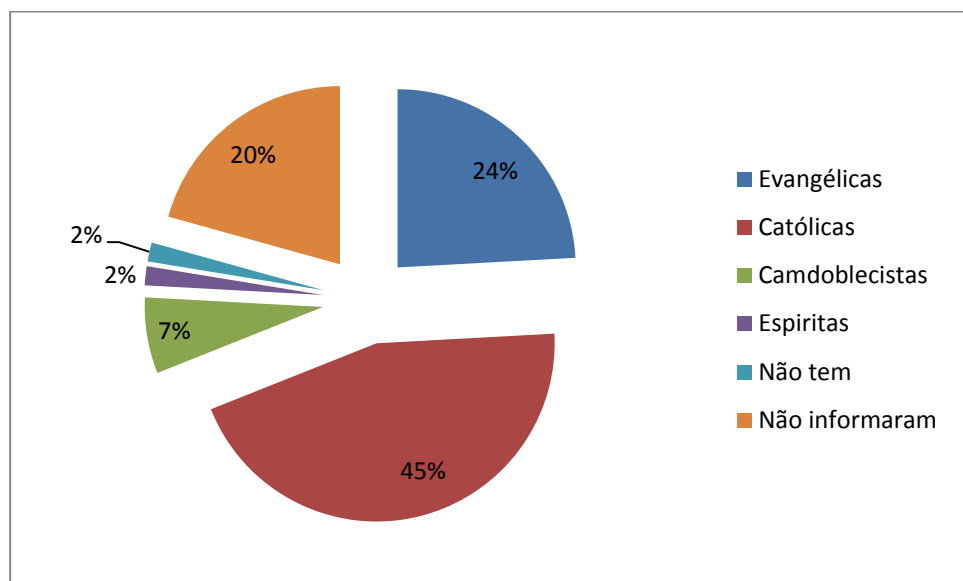


Gráfico 2: Religião das mulheres vítimas de violências que procuraram o CRAM- Maria Joaquina (janeiro – dezembro de 2016). Fonte: Arquivo/ fichas de triagem CRAM- Maria Joaquina ano de 2016.

A igreja enquanto instituição de poder promove discursos e práticas que legitimam e constituem condições de violência para vidas de muitas mulheres. A psicóloga, agente técnica do CRAM, revela em entrevista o quanto as mulheres evangélicas são cerceadas e silenciadas pelos líderes de igrejas:

- [...] que é a questão religiosa, justificam muito pela manutenção do casamento, porque casou e casamento é pra vida inteira. E muitas

igrejas evangélicas, elas consultam muito né, principalmente as evangélicas, os pastores, e os pastores dizem que é pra sentar no milho, que é pra orar a deus que vai ter paciência, e aí elas se seguram a isso, e não é poucas não, é muitas que se seguram a isso. Aí quando vem, elas relatam isso pra mim: “a é que o pastor disse isso”.

Os discursos promovidos pela religião além de constituir linhas na produção das subjetividades, contribuindo nas inferências de organicidade da subalternização, por vezes também é catalizador de qualquer ação de fuga ou enfrentamento à condição de violência a qual uma mulher religiosa esta submetida.

4.4. ESCOLARIZAÇÃO: direito negado a maioria de mulheres violadas

O nível de escolarização formal é um elemento importante na composição deste desenho, pois ele pode indicar onde os sujeitos circulam e quais possíveis (e impossíveis) linhas de emergências.

Observa-se que das 54 mulheres que informaram o grau de escolaridade nas fichas de triagem, 30 delas não completaram o ensino médio, dentre estas, 18 não concluíram o ensino fundamental e duas não são alfabetizadas.

A restrição ou não acesso ao processo de escolarização também é um dos elementos presentes nos enredos das vidas de mulheres em situação de violência, visto que a educação formal como concebida, não funciona apenas para reprodução de uma ideologia que produz saberes e poderes de ordem dominante, as contradições contra-hegemônicas que tem circulado nos processos pedagógicos dando vazão a agenciamentos outros nos contextos de produção do conhecimento e da própria realidade e subjetivações, adentram e capilarizam nas instituições e práticas da educação sistemática (FREIRE, 2006) produzindo novas configurações na dinâmica do poder que emerge naquele

território de modo que o transcender a ele torna-se inevitável.

O não acesso a escolarização formal também restringe as condições objetivas de manutenção da vida, como a geração de renda e a alheação aos direitos jurídicos que lhe “garantam” vida, conferindo-lhes um contexto de vulnerabilidades.

Bem como, o acesso a outros territórios, que não os dos agressores, podem gerar relações com pares e outros sujeitos, constituindo potência na construção de redes e linhas de fuga. Logo, não é do interesse do privilegiado desta dinâmica de poder que gera violências sobre o outro, que o sujeito, no caso a mulher, tenha acesso ao território escolar, às relações e subjetivação que dele emergem.

4.5. AGRESSORES : suas múltiplas máscaras

“Se ele chegasse aqui você não iria acreditar. Todo mundo, em todos os lugares acham ele um homem tão bom.”.

Eu inicio este tópico com a fala de Ana sobre seu ex-marido, ela anuncia o quanto os processos de violências são muitas vezes cobertos pela figura ilustrativa do agressor. Ele socialmente bem visto e bem quisto, jamais provocaria nem ao menos estaria próximo de uma situação de violência.

Ana continua compondo o retrato desse homem “bom”:

- *Ele é um radialista, tem nome, é mais velho, curso superior, ninguém diz. Se eu falo ninguém acredita: “Ele? Um homem bom.”.*

No imaginário social a composição de cenário violento é deselegante e não cabe a um sujeito economicamente e socialmente bem sucedido, a este homem branco, de meia idade e com curso superior, um sujeito “cultural” por essência, lhes são tiradas qualquer suspeita. Contudo, quando falamos de homens pobres e negros, estes podem até compor tais cenas porque a ideia de

organicidade da violência esta minuciosamente ligada aquele sujeito “biológico”, e no caso de homens negros desde os processos de escravização até os dias atuais lhes são atribuído certa “animalidade”.

Para além disto, discursivamente, a imagem social das mulheres, principalmente mulheres negras, são sujeitas a processos cruéis nos quais constantemente lhes são atribuídas adjetivos como “louca”, “histérica”, “barraqueira”, elementos como estes são construídos pelo próprio privilegiado dessa estrutura, funcionando na deslegitimação do corpo e discursos das mulheres, sendo característica importante na composição dos enredos violentos.

- *Agora eu tenho apoio do meu pai, da minha mãe, da minha irmã. Porque eu tive que ir atrás de uma história que ele estava me difamando [...].*

Ana relata que mesmo com algumas situações que passou publicamente (violência moral e psicológica) nas quais os seus familiares estavam presentes “*eles não tinham nada contra ele*” (Fala de Ana), até que ela usou do argumento que estava sendo difamada socialmente, para então convencer o pai e o restante da família que precisaria de apoio para a separação.

Isto demonstra o quanto a preocupação pela manutenção da reputação e “honra” da mulher resvala em uma demanda familiar, ainda presente nas cenas do cotidiano, inferindo que a vida (social ou privada) da mulher está sempre vinculada, até certa idade, ao pai e ou irmão e, posteriormente, ao namorado e marido.

CAPITULO IV

5. “QUEM NÃO REAGE RASTEJA”: TECENDO LINHAS DE FUGA

“Senhor não me perdoa
eu não estar numa boa
perder sempre a esportiva,
frente a esta gente indecente,
que come, drome e consete;
que cala, logo está viva.”

(Belchior).

5.1. As políticas e o Estado

Os movimentos de mulheres e vertentes feministas, buscando modificar as tradicionais normas que funcionam para desigualdade de gênero na sociedade, tornaram visíveis às mortes e vidas regadas as violências que as mulheres estão submetidas, de modo que pudessem ter efeito no âmbito das políticas públicas, reivindicando efetiva ação do poder estatal sobre as problemáticas e delineamentos da VCM. Assim, no que tange aos processos de resistências costurados nas políticas públicas,

[...] para o enfrentamento da violência contra a mulher, além de dar visibilidade aos crimes, é fundamental a criação, manutenção, ampliação e aprimoramento das redes de apoio à mulher, previstos na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), que viabilizam o atendimento e as alternativas de vidas para as mulheres. A rede de atendimento deve garantir o acompanhamento às vítimas e empenhar um papel importante na prevenção da violência contra a mulher. Além de ser assistida pelo sistema de justiça criminal, a mulher deve conseguir ter acesso à rede, também por meio do sistema de saúde, já que na maioria dos casos as mulheres passam anteriormente por esse sistema até chegarem a uma delegacia ou a um juizado. (IPEA, FBSP, 2018, p.48).

Nos termos da constituição federal do Brasil a lei 11.340/2006 foi redigida e sancionada mediante intensos embates no campo político e nas resistências dos movimentos de mulheres, encabeçado por aquela que daria o nome a conquista. Maria da Penha Fernandes é uma mulher de luta, a qual passou parte de sua vida em face das violências exercidas por aquele que deveria ser seu companheiro. Ela passou pelas diferentes formas de violações: psicológica,

patrimonial, moral e física, sofreu três tentativas de homicídio. No entanto, sua trajetória é um marco recente dos mais importantes da história das lutas de mulheres no campo social e político brasileiro.

A lei Maria da Penha coloca a criminalização da VCM como uma das dimensões que precisam ser tratadas pelas políticas do Estado, mas não como a única dimensão nem como a mais importante. Além de criminalizar e responsabilizar os autores dessa violência é preciso, sobretudo, olhar para as necessidades das mulheres e os mecanismos de naturalizações de condições subalternizadas e pensar suas especificidades.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2006).

A lei Maria da Penha e as políticas públicas que ela infere, pode ser entendida, mesmo que só nas escrituras documentais, enquanto uma política integral de resposta à VCM e, por isso, ela quebra o paradigma de que este é como qualquer outro crime e precisa ser resolvido apenas com uma resposta punitiva. Cabe ainda destacar que esta Lei define cinco formas de agressão como violência doméstica e familiar contra as mulheres, a saber: violência física, moral, psicológica, patrimonial e sexual.

Uma lei é um aparato jurídico para determinar normas, regras, conceitos, parâmetros e diretrizes sobre determinada questão, mas sua materialização de fato acontece após a regulamentação no poder executivo, quando é aplicada no tecido social, especialmente na construção de um novo modelo civilizatório no qual a sua efetiva atuação ocorre na sociedade e é supervisionado, sobretudo pelos movimentos sociais que atuam junto ao poder judiciário. Nesse sentido, o texto da Lei 11.340/2006 também infere sobre a construção de políticas e seus dispositivos que visem à mudança de comportamento no seio de uma sociedade, aplicados especialmente na desconstrução de uma cultura não hierarquizada e violenta para aquelas que sustentam a base da estrutura de poder.

5.2. NO CAMINHO HAVIA UMA ESCOLA

Um processo educacional e um conjunto articulado de serviços de proteção que proponha à construção de sujeitos numa perspectiva não naturalizadamente inferior, direcionado na emancipação de uma sociedade na qual não conforme e perpetue uma estrutura de poder verticalizada, são componentes importantes no efetivo funcionamento da lei 11.340/2006.

Órgãos como o Centro de Referência a Mulher - CRAM, também tem como dever atuação efetiva no processo educacional formal e não formal dos municípios e esse processo deve ser articulado entre os órgãos e serviços instituídos no combate a VCM e os espaços de formação. Assim, no primeiro contato com a pedagoga, agente técnica do CRAM- Maria Joaquina, ela anuncia:

- *O CRAM desenvolve atividades nas escolas, de conscientização, com os estudantes e com a comunidade. Trabalha com apoio das escolas.*

Em entrevista a psicóloga anuncia:

- *A gente atende, acolhe, encaminha, faz trabalho fora, nas escolas, de esclarecimentos da violência contra mulher, que é um trabalho de formiguinha né [...].*
- *Então a gente fazia uma roda de conversa mesmo, com os estudantes. Geralmente a gente, as vezes a gente leva alguns dados, quando tem uma escola com uma estrutura melhor a gente leva um Datashow, a gente expõe umas questões assim, mas no geral é : manda todo mundo sentar e a gente faz uma bate papo, e aí pede, leva algumas palavras chaves, porque já fizemos várias metodologias né, mas em algumas a gente levava algumas palavras chaves: o machismo, violência, gênero, e daí muitas pessoas falavam o que que pensavam a respeito. Aí a gente vinha trabalhando a questão do relacionamento abusivo também, a questão da violência. Então as escolas nos convidam ou a gente vai até elas.*

As ações de enfrentamento a VCM realizadas pelo CRAM- Maria Joaquina em contexto escolar acontecem diretamente com os adolescentes

“meninos” e “meninas” estudantes do ensino médio, concomitantemente, e a maioria delas funcionam enquanto dialogo enfatizando a temática a partir da discussão sobre “relacionamentos abusivos”.

- *Algumas escolas nos convidavam né, já se antecipavam e nos convidavam né, pra falar. Principalmente no “Março Mulher” né. No “Março mulher”, ave maria! A gente tem que ter agenda quase todo dia. O pessoal quer no mês de março discutir, nos outros deixam de discutir né, a questão da violência contra a mulher.*

Em espaços e eventos realizados pela Secretária de Políticas Especiais do Município, há alguma articulação com as escolas para viabilizar a participação dos estudantes no evento, como na semana da consciência negra a equipe do CRAM participou de uma atividade na praça Senador Temistocles, com apresentação dos grupos de dança de adolescentes estudantes das escolas do ensino médio do centro urbano de Cruz das Almas, neste mesmo evento havia uma bancada em que as agentes técnicas (coordenadora, advogada, pedagoga e psicóloga) do CRAM estavam dispostas a atender, conversar e ou tirar dúvidas, nesta bancada havia folders, cartazes e panfletos aberto ao publico. Não era um evento destinado somente a estudantes, mas estudantes do ensino médio de algumas escolas estavam presentes.

Quando questionadas sobre a quem destinavam as ações, se aconteciam para além dos estudantes, também com professoras e professores, a pedagoga anuncia:

- *A gente até tentou, mas com os professores era mais difícil, porque você chega lá para o aluno, é 40 minutos, você compromete uma aula, que o professor pode cordialmente conceder, agora tá com o professor, você tem que comprometer várias aulas. (Fala da agente técnica pedagoga).*
- *Fora que tem alguns professores homens, professores, que são machistas, e algumas professoras que são vítimas.*

A psicóloga responde:

- *Tentamos[...] E não teriam como dispensar os alunos.*

- *A direção sempre tá acolhendo, mas algumas diretoras já falaram que os professores tem uma certa resistência em trabalhar isso, porque foge do programa e nem todo mundo... E é algo que a gente tem que sensibilizar pra eles poderem introduzir isso nas suas aulas.*

A composição do território escolar é singular e heterogênea, por isso a importância em conceber os processos de resistência de forma que haja conexão entre os sujeitos e enunciações que emergem neste lugar, configurando outros arranjos e dinâmicas nessa dimensão do poder. Contudo, o que se observa são enredos que conformam a manutenção de uma estrutura que produz violências, já que os professores, no seu espaço de poder que é a sala de aula, reproduzem e inferem valores e ideias que justificam serem “neutras”, porém são principalmente nos processos, ou melhor, nas pedagogias educacionais, que circulam as ideias postuladas para manutenção das relações de poder gerenciadas pelo, historicamente, privilegiado desta relação, de modo que torna evidente que este é um campo ideológico. Paulo Freire aponta que “A neutralidade da educação, de que resulta ser ela entendida como um quefazer puro, a serviço da formação de um tipo ideal de ser humano, desencarnado do real, virtuoso e bom, é uma das conotações fundamentais da visão ingênua da educação.” (FREIRE, 2006, p.28) já que,

Conforme as pedagogias foram se instituindo para atender as necessidades históricas dos diversos momentos da vida da humanidade, a prática pedagógica escolar, ao longo do tempo, foi ganhando conotações diferentes. Cada época histórica, cada grupo humano, fez da escola uma instância, entre outras, de mediação de sua concepção de mundo. As diversas pedagogias, como tradutoras de concepções de mundo (filosofias), deram sentido e significado à ação educativa em geral e em particular à educação escolar. (LUCKESI, 1994, p. 82).

Observa-se que não há prática educativa sem um pressuposto filosófico-ideológico muito bem arranjado e definido, nesse caso a escola e as práticas pedagógicas são sistematizadas e funcionam a serviço de alguém.

Contudo, Elza, que sofreu violência doméstica e segue em acompanhamento no CRAM, é professora efetiva em uma escola do município de Cruz das Almas—BA, nos narrou situações e conversas com seus estudantes na escola:

- *[...] algumas até narram também situações: que o namorado é assim, que o namorado é assado, que o namorado não quer que faça isso, que já empurrou, que já ameaçou. Aí eu vou incentivando a não permitir, porque se no namoro tá assim imagine quando ir pro casamento é pior [...].*

A escola é um ambiente extremamente propício a construção de diálogos a cerca de violências, gêneros e outras configurações de ordem social que lhes afetam cotidianamente, já que ali encontram-se crianças e adolescentes em processos de construção de subjetividades e de identidades que se consolidarão (ou não) conforme as vivências, violências, diálogos e silenciamentos.

Elza faz uso de sua experiência e do seu território de poder enquanto professora no espaço escolar, na construção de outros diálogos no campo do saber—poder, anunciando práticas de uma pedagogia feminista, aqui compreendida enquanto

Conjunto de princípios e práticas que objetivam conscientizar indivíduos, tanto homens quanto mulheres, da ordem patriarcal vigente em nossa sociedade, dando-lhes instrumentos para superá-la e, assim, atuarem de modo a construir a equidade entre os sexos. (SANDENBERG, 2011, p.19).

As pedagogias feministas funcionam ao adentrar as fissuras dos processos educacionais seja formal ou não formal, agenciando outros modos de produção do conhecimento e conseqüente modos de relações interpessoais e com o mundo, tanto no contexto escolar como em outro ambiente fértil. Favorecem conformações outras no campo do saber-poder, promovendo a construção de identidades que sobreponham ao caráter dito orgânico de sujeito “naturalmente” superior e violento, em detrimento de outro organicamente inferior e submisso, podendo forjar novas configurações das relações de poder instituídas no interim do âmbito escolar bem como em outros contextos sociais. Além disso, as pedagogias feministas tem suscitado incursões epistemológicas e linguísticas reconfigurando linguagens e modos de pesquisar.

Práticas como essas anunciam que os processos de resistências mesmo doridos são acompanhados de lutas coletivas de nós e por nós. Nesta perspectiva, anunciamos que é possível pensar e forjar as nossas próprias linhas de fuga.

5.3. DE NÓS, POR NÓS.

A Secretaria Nacional de Políticas Para as Mulheres projetou um dispositivo de enfrentamento a violência considerado um dos mais importantes feitos até hoje, por ser um instrumento de alcance nacional, a Central de Atendimento a Mulher: ligue 180, que em março de 2014 passa a funcionar como disque-denúncia, com finalidade no acolhimento e orientação da mulher em situação de violência, dirigindo as denúncias aos órgãos competentes para investigação, desde que autorizado pelas usuárias.

O disque-denúncia é predominantemente usado por mulheres. Mesmo quando quem denuncia a violência não é a vítima, as mulheres (80,76%) são majoritariamente quem contatou a Central no primeiro semestre de 2016, demonstrando que as resistências são traçadas no interim de relações coletivas entre nós e para nós.

Projeções e resistências costuradas por e entre mulheres pode ser compreendido a partir da ideia de *continuum* lésbico, categoria apresentada por Adrienne Rich (1981) que visibiliza as costuras – pretensiosamente ocultadas pelo privilegiado da estrutura do poder - das redes que conectam as mulheres durante toda sua vida, nas quais se evidenciam a solidariedade, a vontade de viver e amar sem tiranias e violências, “mas que desaparecem sob o peso das representações de rivalidade e sobretudo devido a seu enclausuramento doméstico.” (SILVA, 2010, p. 155).

Quero dizer, o termo *continuum* lésbico inclui um intervalo - ao longo da vida de cada mulher e em toda a história da experiência identificada com as mulheres; não simplesmente o fato de que uma mulher teve ou desejou conscientemente uma experiência sexual genital com outra mulher. Se expandirmos para acomodar muitas outras formas de intensidade primária entre duas ou mais mulheres, incluindo a partilha de uma vida interior mais rica, a solidariedade contra a tirania masculina, dando e recebendo apoio prático e político, [...]. (RICH, 1981, p. 13, tradução nossa).

Assim, *continuum* lésbico pode ser compreendido enquanto um dispositivo de potências de afeto, de solidariedade, confiança e desejo de proximidade que constitui esta rede de apoio e segurança entre os femininos.

Caracteriza o companheirismo praticado por mulheres para romper ou aniquilar as estratégias patriarcais. Significa dizer que nós mulheres construímos, durante todo o processo de vida, conexões significantes entre nós, mesmo que nos sejam forçado às representações de ódio e rivalidade.

Apesar de todas as dificuldades e impasses inerentes ao processo de denúncia da VCM, a maioria das ocorrências registradas pelo Disque Denúncia 180, no primeiro semestre de 2016, foram denunciadas pelas próprias vítimas, cerca de 67,89%. Houve um aumento neste percentual em 172% considerando o mesmo período do ano anterior, 2015.

Os processos de insurgências são constituídos nas linhas de fuga e nas correlações de forças que funcionam na dinâmica do poder. Assim, Butler (1998) diz:

O sujeito é constituído pelo poder, esse poder não cessa no momento em que o sujeito é constituído, pois esse sujeito nunca está plenamente constituído, mas é sujeitado e produzido continuamente. Esse sujeito não é base nem produto, mas a possibilidade permanente de certo processo de re-significação, que é desviado e bloqueado mediante outro mecanismo de poder, mas que é a possibilidade de retrabalhar o poder. (BUTLER, 1998, p.22).

Logo, o poder não se faz pertencente a um polo, a um sujeito, isto é, ele não é uma força única, é capilar, tênue e atravessador. Assim sendo, os sujeitos são constituídos no e pelo poder gerando saberes, poderes e linhas na própria subjetividade, o que implica possibilidades no agenciamento de outras configurações no campo da realidade.

Durante a imersão no CRAM- Maria Joaquina, inicialmente manteve maior contato com a Ana, ela me auxiliou no processo de averiguação das fichas das mulheres atendidas no ano de 2016. Ana me relatou, dentre outras coisas, seu processo de convivência e recente início de separação de um marido extremamente ciumento e violento. Ela relata nunca ter sofrido violência física, no entanto, passou por inúmeras outras.

- *É horrível quando você está mal. Esta deitada do lado, mas nem quer olhar pra pessoa, mas a pessoa quer lhe pegar até “apulso”.*

- *Eu passei quatro anos sem sair, sem estudar, não tenho amigos, não saía nem com a minha filha... Ele me constrangia nos lugares... em publico. No início era só flores. Me colocou no curso de computação... o que antes eu não conseguia fui conseguindo... trabalhei no Lauro, no Landulfo. Lá eu era muito querida. Os meninos do Lauro até hoje falam comigo. Ele (referindo-se ao marido) ficava dizendo que os meninos estavam caçando coisa comigo. Aí ele me colocou aqui, porque não trabalha homem. É, ele me colocou no lugar onde só tinha mulheres... foi aqui que eu me fortaleci.*

Ana relatou ter conseguido forjar sua saída de uma relação abusiva e violenta a partir do seu entendimento do que seria violência. Anunciando que foi no acolhimento dos relatos das mulheres que ela recebia diariamente, que percebeu as violências sofridas por ela mesma. Bem como, foi nesse contexto de mulheres vitimas, de mulheres que superaram as violências e de mulheres que se acolhiam e se apoiavam, que ela então forjou sua emancipação.

Nos encontros e afetações que produzem efeitos dos corpos para com o pensamento, muito mais do que para o “real”, é que “O corpo vaza pelos buracos do sistema da crueldade... ele vai fazendo suas linhas de fuga... seus movimentos...”. (BRITO, 2014, p.12).

São nas micropolíticas forjadas nas projeções e potências de vidas entre nós, que se costuram os caminhos de insurgências constituídos em outras instancias do poder, como efetivamente a forma em que tomamos as rédeas das nossas vidas mesmo que estas ainda sejam reguladas por meio das biopolíticas, que além de outras esferas, são agenciadas pelo estado. Os movimentos da tomada de consciência, ou melhor, do próprio pensar, que também geram agenciamentos de outras configurações da realidade constitui-se enquanto o primeiro passo para ruptura á organicidade da subalternização.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos vivenciado atualmente no Brasil, a emergência de discursos e práticas vociferadas pelo poder político estatal e reproduzido inarticuladamente na sociedade, que faz prevalecer conceitos de nação e raça, de modo que delimitam-se aspectos “naturalizadamente” sectários e violentos, compõem para além dos dispositivos coercivos e de poder organizacional do estado que nos territorializam, fazendo efetivamente produzir violências nos contextos políticos e sociais tomando como alça a misoginia e o racismo, portanto, reinventam o processo de subalternização na modernidade colonial que vem tomando forma perigosamente, propondo que a flexibilização dos direitos jurídicos das “minorias” podem servir de barganha e barateamento do estado, ou, este tornar-se-á mais eficiente.

Logo, compreendemos a importância de nos constituirmos coletivamente enquanto potência de produção de vida, encontrando, atravessando e produzindo linhas nas subjetividades, almejando tecer relações em outras perspectivas que possam transcender as barreiras segmentadas. Demandas como estas requerem um, ou, alguns movimentos intensos que vislumbrem a desterritorialização “E, inteiramente desprovidos de territórios, nos fragilizamos até desmanchar irremediavelmente.” (ROLNIK, 2014, p.01) e só assim experimentaremos outros modos de viver.

Os corpos nas suas diferenças se encontraram, mas principalmente nas suas singularidades se atingiram, produziram efeitos nunca sentidos antes, estes, delimitaram os caminhos a seguir na aventura que foi esta pesquisa, estradas que clamavam pela desterritorialização. Fui, embora com medo, fui como “Penélope”, hora como “Ulisses”, vez ou outra como “máquina celibatária”, até que compreendi as andanças pelo cuidado, pela necessidade de não me segmentar, mas ir e voltar sempre como “Penélopes”, “Ulisses” e “Maquinas celibatárias”. Nas intensidades que circularam nossa viagem emergiram modos de vidas que clamam e mobilizam-se ao “não território”. Logo, os efeitos produzidos atingiram-me sem perguntar onde e como.

Mesmo os espaços e ações de mais profunda negação podem suscitar

resistências e aprendizados. Mulheres aprendem em suas relações e, especialmente entre nós, a constituir estratégias de vida e enfrentamento a uma sociedade profundamente misógina.

Chego ao fim deste texto sem intensões conclusivas, muito embora pela vontade de não parar, mas principalmente, pela necessidade de não ficar, os caminhos aqui traçados emergiram emoções meio aos buracos desviados, trouxeram muito mais inquietações do que projeções. Foram estradas virulentas, ainda estão aqui em erupção, no entanto há de haver tempo para digerir e então suscitar.

Nessas linhas finais tentarei decodificar o mapa que fora traçado nos encontros e afetações nos capítulos acima transcritos, embora, ao ler os desenhos que compõem este trabalho percebamos o quanto os acontecimentos que envolvem a vida humana se manifesta confuso, sem interpretação plausível a racionalidade. Contudo, seguiremos este tópico em duas sessões, a primeira, serão linhas de decodificação dos toques (quem tocamos e fomos tocadas); a segunda, dos efeitos produzidos.

Os toques:

Esta pesquisa não postulava não tocar nas mulheres trans, no entanto o desenho que ela traça demonstra que embora estas mulheres estejam alocadas em condições de vulnerabilidades que são produtos e produzem violências tão ou mais do que nas mulheres cis, estes sujeitos construíram outras linhas de emergências. Assim, os enredos de violências os quais são submetidas, as correlações de forças e as linhas de fuga constituídas, configuram um outro desenho. Bem como um outro mapa teria se formado se o fator sexualidade fosse traçado.

A violência enquanto orgânica, “natural” ao sujeito humano esta substancialmente ligada à produção da masculinidade heteronormativa, logo ela atinge a todos os femininos, no entanto, do lugar onde falamos (CRAM- Cruz das Almas-BA) tocamos e fomos tocadas nas mulheres negras, nas mulheres com pouca escolarização, nas mulheres cristãs e de meia idade, obviamente com exceções.

Esta localização torna visível que os enredos marcados por violências são de ordem estruturante. Perpassam a produção do conhecimento, a constituição de leis e regras, e circulam nas linhas das subjetividades.

Os marcadores sociais nessas mulheres impressos são impostos no exercício do poder a fim de produzir certa naturalidade, funcionando enquanto verdade também estruturada nas próprias subjetividades, assim o processo de dominação-exploração se constitui enquanto nada mais que o “curso natural da vida”.

Contudo, os contextos de violências em que estão submetidas essas mulheres, são constituídos na horizontalidade das instituições de poder como a família, a escola, a religião, e como mecanismo fundante, o próprio estado e seus braços, como as ciências e a justiça, pois os contornos que emergiram demonstram como a dinâmica do poder se configura de acordo ao sujeito privilegiado da estrutura estatal, já que este pode constituir normas sociais que funcionem na introdução e manutenção de dispositivos, políticos, sociais e culturais que produzem violências.

Este escrito evidenciou as linhas de produção da violência contra mulheres nas minúcias dos processos de enfrentamento a este fenômeno, isto é, nos dispositivos que devem funcionar enquanto combate a VCM também circulam mecanismos de manutenção dessa estrutura violenta para nossos corpos.

Dos efeitos:

Dos efeitos neste estudo, emergiram linhas de fugas possíveis na produção de outros enredos e vidas. A primeira delas identifica a educação, muito mais do que a escola⁷, enquanto significativamente importante, ou melhor, componente essencial na construção de processos emancipatórios e decoloniais.

⁷ Visto que a educação enquanto processo se constitui para além do processo de escolarização. No entanto a escola também é lugar importante e significativo na produção de enredos saudáveis para meninas e meninos.

Digo decoloniais porque, como vimos, no Brasil, as composições dos cenários de violência estão imbricadas ao processo de colonização instituído pelos europeus, impondo aos ameríndios que aqui estavam, e aos negros trazidos dos seus territórios, ruptura a suas culturas mediante a injeção de uma cultura colonial cristã e patriarcal.

As pedagogias feministas cunhadas na ideia de educação enquanto prática de liberdade, adentram as fissuras dos concretos e subjetivações nas instituições de ensino e em outros contextos, enunciando e fazendo fazer outros meios de produção de vidas, sobrepondo a lógica do sistema colonial de hierarquização dos gêneros.

A segunda linha evidenciada é a sobreposição a enredos de vida violentos projetada nas relações coletivas entre mulheres, movimentando-se na vontade de constituir contextos de vidas saudáveis a partir do companheirismo e solidariedade entre nós. Quando nos colocam em lugares adversos, se temos umas às outras, temos o mundo inteiro de esperança.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *In: Sociedade estado*. Brasília, 2014, vol.29, n.2, p.449-469.
- BATTISTELLI, B.M.; CRUZ, L.R. **Entre cartografia e etnografia**: possibilidades de uma pesquisa. Anais [...] Jornada de Pesquisa em Psicologia, ([201-]). Disponível em: https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/jornada_psicologia/article/viewFile/17633/45 1. Acesso em: 14 abril. 2018.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BRASIL. Lei N.º11.340, de 7 de agosto de 2016. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 10 de Maio 2018.
- BRITO, Maria dos Remédios de, O Devir-mulher de “ORLANDO” de Virginia Woolf: uma leitura por estilhaços . **Alegrear**. 2014, v. 2, p. 115-126.
- DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). *In: HIRATA, H. et al (org.)*. Dicionário Crítico do Feminismo. Editora UNESP : São Paulo, 2009, p. 173–178.
- FERIDAS de uma herança dolorosa. **Dossiê a violência como ordem**. Revista Cult, São Paulo, v.1. 2018.
- FOUCAULT, Michel. Teorias e instituições penais (1971-1972). *In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Zahar; 1997, p. 17 - 23.
- FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I**: a vontade de saber. Trad. M.T. C. Albuquerque e J. A G. Albuquerque. 13 Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.
- FRASER, Márcia Tourinho Dantas ; GONDIM, S. M. G. . Da fala do outro ao texto negociado:Discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *In: Cadernos de Psicologia e Educação – Paidéia*, USP – Ribeirão Preto São Paulo, v. 14, n.28, p. 139-152, 2004.
- FREIRE, Paulo. **A importância do Ato de Ler**: três artigos que se completam. 13. Ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- GIVIGI, Ana Cristina N. **Do ressentimento à potência**: o uso-desuso de drogas, a escola e as políticas de expansão no cotidiano. Tese de doutoramento. Programa de Pós graduação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.
- GUATTARI, Felix e ROLNIK, S. Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis:

Vozes, 1996.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LOURO, G.L. **O Corpo Educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, G. L. **Gênero e sexualidade**: pedagogias contemporâneas. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação** / Cipriano Carlos Luckesi. – São Paulo: Cortez, 1994. – (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor).

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set. 2014. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>. Acesso em: 25 out. 2018.

MBEMBE, Achille. **As sociedades contemporâneas sonham com o apartheid**. Novo Jornal, v. 6, p. 6-7, jan. 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Arte & Ensaios, [S.l.], n. 32, mar. 2017. ISSN 2448-3338. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 12 out. 2018.

PASSOS, Eduardo, KASTRUP, Virginia, ESCOSSIA, Liliana (orgs). **Pistas do método da cartografia: pesquisas intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

PRECIADO, Beatriz. **Testo Yonqui**. Madrid, Editora Espasa Calpe, 2008.

RICH, Adrienne. La contrainte à l'hétérosexualité et l'existence lesbienne, **Nouvelles Questions Féministes**, mars , n.1, p.15-43, 1981.

ROLNIK, Suely. **Amor: o impossível... e uma nova suavidade**. In:ROLNIK, Suely. Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2005. p.327-330.

SARDENBERG, Cecilia. Considerações Introdutórias às Pedagogias Feministas. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira; VANIN, Iole Macedo (orgs.). **Ensino e Gênero**: Perspectivas Transversais. Salvador: UFBA/NEIM, 2011, v. 1, p. 19-38.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York, Columbia University Press.1989.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2004. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf>. Acesso em: 15 de dezembro de 2018.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES. Atlas da Violência 2018. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432. Acesso em: 15 de dezembro de 2018.

SILVA, Z. P.; SARDENBERG, C. M. B. **Conceição do coité em “quadrado”**: retratos da violência contra as mulheres (1980-1998). Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2010.

SOUZA, N. G. S.; ARNT, A. M.; RABUSKE, A. S. A fabricação do corpo: efeitos da disciplinarização dos saberes e do corpo nas práticas escolares. **Gênero**, v. 7, n. 2, p. 117-136, 2007.

TAVARES, Marcia. A violência contra as mulheres: entrelaces de gênero e geração. *In: Redor GT2: Gênero e geração, 2016. Sergipe. Anais...* Ed. Realize, 2016. p. 833-884.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
CURSO DE LICENCIATURA EM BIOLOGIA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa de monografia – **CARTOGRAFIAS DA VIOLÊNCIA: DA PRODUÇÃO AO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA MULHER.** -, no caso de você concordar em participar, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador(a) ou com a instituição. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço do pesquisador(a) principal, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

NOME DA PESQUISA: “Da produção ao enfrentamento a violência de gênero contra mulher.”

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Jackeline da Silva Gomes

ENDEREÇO: R: K, n. 181, Inocoop, Cruz das Almas/BA.

TELEFONE: (75) 992309909 **Email:** jackufrb131@gmail.com

PROFESSOR(A) ORIENTADOR(A): Ana Cristina Nascimento Givigi

OBJETIVO: Cartografar os contornos da produção da violência contra mulher e as minúcias dos processos de enfrentamento a este fenômeno, em Cruz das Almas-Recôncavo da Bahia.

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO: Concordo em participar da pesquisa, você terá que responder a um questionário ou entrevista (gravada ou não). Os dados coletados serão e terão uma grande relevância para a pesquisa.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: Garantia e sigilo de todas as informações assegurando a privacidade/anonimato dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, informando que somente serão divulgados dados diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa. Caso seja necessário a utilização de imagens, assinale aqui o seu consentimento () sim () não.

Assinatura do Pesquisador Responsável:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
CURSO DE LICENCIATURA EM BIOLOGIA
CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO
SUJEITO

Eu,....., declaro que li as informações contidas nesse documento, fui devidamente informado(a) pelo pesquisador(a) – **Jackeline da Silva Gomes** - dos procedimentos que serão utilizados, riscos e desconfortos, benefícios, custo/reembolso dos participantes, confidencialidade da pesquisa, concordando ainda em participar da pesquisa. Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento.

LOCAL E DATA:

NOME DA CIDADE:

NOME E ASSINATURA DO SUJEITO OU RESPONSÁVEL (menor de 21 ano).

(Nome por extenso)

(Assinatura)

Entrevista semiestruturada: agentes do CRAM- Maria Joaquina
(PSICOLOGA E PEDAGOGA)

1. Como funciona o processo de atendimento? Qual o roteiro seguido aqui no CRAM- Maria Joaquina?*
2. Existe uma rede entre órgãos/ instituições que funciona no enfrentamento da violência contra a mulher? Aqui no CRAM – Maria Joaquina como funciona esse vínculo com esses órgãos?
3. Você acredita que a violência esta mais estreitamente ligada a um grupo de mulheres? A cor da pele tem alguma coisa a ver com isso?
4. Você associaria a violência contra a mulher a um bairro ou região especifica da cidade?

Entrevista coletiva semiestruturada II: agentes do CRAM
(PSICÓLOGA E PEDAGOGA)

1. A equipe realiza algum tipo de ação nas escolas e/ou com estudantes? Quais?
2. Como é a recepção das escolas? Gestão, professores e estudantes?
3. Qual o público das atividades?

Entrevista semiestruturada: Mulher em acompanhamento no CRAM

1. Na primeira vez que foi agredida procurou o CRAM, polícia ou outro órgão de proteção e ou denuncia?
2. Quando procurou esse/esses órgãos? Como foi o atendimento/acolhimento? Sentiu-se constrangida ou violentada em algum momento do atendimento?
3. Houve algum questionamento que tenha achado desnecessário?
4. Convive com o agressor? O que te faz continuar? Ou, o que te fez separar?